

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: A VALORIZAÇÃO DOS SIGNIFICADOS
CULTURAIS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA NAS CIDADES**

LETÍCIA AGUILERA LARROSA DA ROCHA

RIO DE JANEIRO

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: A VALORIZAÇÃO DOS SIGNIFICADOS
CULTURAIS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA NAS CIDADES**

LETÍCIA AGUILERA LARROSA DA ROCHA

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Arquitetura apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Orientadora: Fabiola do Valle Zonno

Rio de Janeiro

Julho/2025

INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: A VALORIZAÇÃO DOS SIGNIFICADOS
CULTURAIS EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A
CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA NAS CIDADES

Letícia Aguilera Larrosa da Rocha

Orientação: Fabiola do Valle Zonno

Dissertação de Mestrado Acadêmico em Arquitetura apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Aprovada por:

Presidente, Professora Doutora Fabiola do Valle Zonno

Professora Doutora Ceça Guimaraens

Professora Doutora Flávia Brito do Nascimento

Professora Doutora Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

Rio de Janeiro

Julho/2025

CIP - Catalogação na Publicação

R672i Rocha, Letícia Aguilera Larrosa da
Inventários participativos: a valorização dos
significados culturais em educação patrimonial e sua
importância para a construção de memória nas cidades /
Letícia Aguilera Larrosa da Rocha. -- Rio de
Janeiro, 2025.
85 f.

Orientadora: Fabíola do Valle Zonno.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura,
2025.

1. Inventário Participativo. 2. Educação
Patrimonial. 3. Participação popular. 4. memória. 5.
projeto urbano. I. Zonno, Fabíola do Valle, orient.
II. Título.

*A todos que acreditaram em mim quando eu mesma duvidei.
Este trabalho também é de vocês.*

Agradecimentos

Este trabalho é resultado de uma caminhada intensa, feita de dias longos, noites em claro, muitas dúvidas, algumas certezas e, felizmente, muito apoio.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ter sido meu espaço de crescimento acadêmico, e à CAPES, pelo apoio financeiro que tornou possível esta etapa da minha vida.

À minha orientadora, Fabiola do Valle Zonno, minha sincera gratidão por todos os ensinamentos, pela paciência, pela escuta generosa e por todo o apoio que foi muito além da orientação acadêmica. Obrigada por acreditar no meu processo e caminhar ao meu lado com tanto cuidado.

Aos professores que me acompanharam e contribuíram com este percurso, e às amigas que surgiram no mestrado — obrigada pelas trocas, pelos cafés salvadores e por compartilharem comigo essa jornada, que foi tão desafiadora quanto transformadora.

Aos primeiros professores que despertaram em mim a paixão pelo patrimônio cultural, e à cidade de Pelotas, que me ensinou a vivenciar o patrimônio no cotidiano, com afeto, memória e pertencimento.

À minha família, meu alicerce. Obrigada pelo amor e incentivo incondicional. Aos meus pais, que foram meus primeiros professores, meus maiores exemplos e meu porto seguro — tudo isso só foi possível por causa de vocês.

À Tia Nizinha e ao Ricardo, que me acolheram com tanto carinho e assumiram o papel de pais durante minha vida no Rio — obrigada por cada gesto de cuidado.

Ao meu Rafa, meu ponto de paz em meio ao caos. Obrigada por segurar minha mão nos dias difíceis, enxugar minhas lágrimas e me lembrar, sempre, que tudo passa.

Às minhas amigas e meus amigos, por me lembrarem quem eu sou, mesmo quando eu esquecia. Por me fazerem rir, por me ouvirem, e por estarem sempre por perto, mesmo de longe.

Às minhas psicólogas, que me ajudaram a manter a cabeça no lugar (quase sempre), e que vibraram comigo a cada conquista como verdadeiras parceiras de caminhada. Que sorte a minha ter tido tanto acolhimento profissional e humano.

À minha família de santo e aos meus guias espirituais, por me sustentarem em fé, caminho e axé, mesmo nos momentos em que me faltava força.

À dança — minha pausa, meu refúgio e minha forma mais sincera de silenciar a mente e ouvir o coração. Obrigada por me lembrar que existe leveza, mesmo nos dias mais pesados.

E à Casa Kraft — e a todos os envolvidos na sua história e defesa — por serem o ponto de partida desta pesquisa, e por representarem tantas camadas de sentido que ultrapassam os muros de qualquer edificação.

A todos que cruzaram meu caminho de forma positiva durante essa trajetória, deixo aqui meu agradecimento mais sincero. Este trabalho também é de vocês.

O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente.

Mario Quintana

RESUMO

Esta dissertação investiga os processos de reconhecimento e atribuição de valores ao patrimônio cultural por meio da participação das comunidades, com foco na metodologia dos inventários participativos. Parte-se da compreensão de que as decisões sobre o que deve ser preservado são culturais e que o patrimônio deve ser reconhecido como construção social dinâmica, vinculada à memória coletiva, aos significados e aos valores atribuídos pelos sujeitos aos lugares. O objetivo principal é contribuir para a afirmação da dimensão participativa nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural e de construção de memória, considerando sua importância para o projeto e o planejamento urbano. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com fundamentação teórica em autores como Halbwachs, Meneses, Laurajane Smith, Montaner e Choay, e análise empírica de duas experiências brasileiras: o “Inventário Participativo do Minhocão contra a Gentrificação” (São Paulo, 2019) e o “Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande” (São Paulo, 2020). A investigação se baseia em dossiês, fichas de inventário, entrevistas com arquitetas responsáveis e documentos técnicos. Os resultados demonstram que os inventários participativos, quando efetivamente mediados por técnicos comprometidos e protagonizados pelas comunidades, são ferramentas potentes de educação cidadã, construção de memória e subsídio para políticas públicas e projetos urbanos mais sensíveis à diversidade cultural. A dissertação reafirma a importância da escuta ativa, da valorização da subjetividade e do papel ético do arquiteto como mediador entre técnica e território.

Palavras-chave: Inventário Participativo, Educação patrimonial, Participação popular, memória, projeto urbano.

ABSTRACT

This dissertation investigates the processes of recognition and attribution of values to cultural heritage through community participation, focusing on the methodology of participatory inventories. It is based on the understanding that decisions about what should be preserved are cultural and that heritage must be recognized as a dynamic social construct, linked to collective memory, meanings, and values attributed by subjects to places. The main objective is to contribute to the affirmation of the participatory dimension in the processes of recognizing cultural heritage and constructing memory, considering its relevance to design and urban planning. The research adopts a qualitative approach, with theoretical foundations in authors such as Halbwachs, Meneses, Laurajane Smith, Montaner, and Choay, and empirical analysis of two Brazilian experiences: the “Participatory Inventory of the Minhocão Against Gentrification” (São Paulo, 2019) and the “Participatory Inventory of the Campo Grande Railway Station” (São Paulo, 2020). The investigation is based on dossiers, inventory forms, interviews with the architects responsible, and technical documents. The results demonstrate that participatory inventories, when effectively mediated by committed professionals and led by communities, are powerful tools for civic education, memory building, and the development of public policies and urban projects that are more sensitive to cultural diversity. The dissertation reaffirms the importance of active listening, the appreciation of subjectivity, and the ethical role of the architect as a mediator between technical knowledge and territorial belonging.

Keywords: cultural heritage; participatory inventory; memory; participation; urban design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01a e 01b: Fachada Casa Kraft pela Rua Antônio dos Anjos:(a) antes da demolição (Google Earth, 2020); (b) após a demolição (Google Earth, 2024)	13
Figura 02: Minhocão no início dos anos 1970. Fonte: https://saopauloantiga.com.br/propagandas-do-minhocao/	38
Figura 03: Projeto Parque Minhocão, 2017 - Jaime Lerner Arquitetos Associados/Divulgação	40
Figura 04: Atividade ao ar livre. Coletivo Skate para Elas, 2025. Fonte: https://www.instagram.com/p/DEkfKI2OYeZ/?img_index=7 Acesso em: 02/04/2025	41
Figura 05: Realização da dinâmica dos cartões durante a formação de pesquisadores. Fonte: REPEP, 2019, p.21.	43
Figura 06: Mandala de referências culturais. Fonte: Dossiê do Inventário Participativo do Minhocão contra gentrificação. REPEP, 2019	44
Imagem 07: Pessoas se divertindo, praticando yoga e descansando durante o Festival Baixo Centro. Foto: Bruno Fernandes, 2012. REPEP, 2019.	50
Imagem 08: Folhinha com assinaturas das pixações BRONKS, O T I M I S M O , BITUCAS E MOBY rod. Fonte: Ungaretti, 2013, p.79. apud REPEP, 2019	52
Figura 07: Mapa de localização de Santo André e Rio Grande da Serra, com destaque a área inventariada e localização das estações ferroviárias Campo Grande e Paranapiacaba. Fonte: Santos et al, 2022	56
Figura 08: Foto da Estação Campo Grande. Fonte: Dossiê do inventário (Domingues, 2020, p.16)	56
Figura 09: Amostras dos cartões postais criados para a atividade lúdica. Fonte: Acervo enviado pela autora Ana soida	59
Figura 10: proposta de implantação do Centro Logístico Campo Grande. Fonte: https://www.reporterdiario.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Proj-CLCG-foto-sem-tabela.gif	61
Imagem 11: imagem aérea da Estação Campo Grande após restauração. Fonte: ArchDaily, 2021.	68

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E AÇÕES EDUCATIVAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL	22
2.1 INVENTÁRIO E PARTICIPAÇÃO – HISTÓRICO	23
2.2 AÇÕES EDUCATIVAS PARTICIPATIVAS	28
3 - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS - EXPERIÊNCIAS COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	34
3.1 Inventário Participativo do Minhocão contra a gentrificação - São Paulo/SP, 2019	35
3.2 Experiência Inventário Participativo Restauro Estação Ferroviária Campo Grande – Santo André/SP, 2020	51
4. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E O PENSAR A CIDADE – EDUCAÇÃO CIDADÃ E PROJETO	67
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, que tem como tema a participação no processo de valorização do patrimônio e sua utilização na gestão urbana por meio de inventários, foi motivada por uma situação vivida por mim em minha cidade de formação em Arquitetura e Urbanismo e trabalho no campo do patrimônio – Pelotas, Rio Grande do Sul. Para justificar o estudo proposto no mestrado, será exposto um breve relato contextualizando os acontecimentos e as questões emergentes de tal vivência pessoal.

Em um contexto de uma cidade com um sistema de preservação do patrimônio edificado focado em seu circuito histórico, infelizmente, poucas são as regiões que não estão neste circuito e tem lugares protegidos, apesar de fazerem parte do cotidiano e da memória coletiva. A falta de proteção abre espaço para a destruição do espaço físico e o apagamento desses lugares, levando à perda de referências culturais. Com isso, novas edificações tomam lugar, e muitas vezes não possuem a mesma qualidade arquitetônica (em questão de técnicas e de materiais construtivos) e não acrescentam qualidade visual à paisagem urbana por não demonstrarem nenhuma relação com o lugar ou com a identidade local.

Neste quadro de perda de bens não protegidos, percebo a possibilidade de problematizar, considerando a experiência de uma memória viva, o reconhecimento de valores e dos significados pelos próprios moradores.

Um dos inúmeros casos que podem ser citados como exemplo do relatado acima aconteceu na cidade de Pelotas durante o ano de 2020: o caso da Casa Kraft (Figura 01a). Residência construída entre 1951 e 1953, localizada no coração do chamado III loteamento de Pelotas, denominado atualmente de AEIAC - Área de Especial Interesse do Ambiente Cultural - Zona Norte pela lei do III Plano Diretor (Lei Nº 5.502, de 11 de setembro de 2008). A edificação esteve em vias de ser completamente demolida para a construção de uma drogaria. O conhecimento deste fato causou grande comoção pública, foram vistos muitos relatos e opiniões contrárias à decisão de demolição, além de inúmeros depoimentos de memórias afetivas acerca da edificação e de seu entorno. Essa comoção me motivou, junto a três colegas de profissão, a criar uma petição online solicitando à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público a suspensão do alvará de demolição e inscrição da edificação no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade. A comunidade pelotense apresentou uma resposta muito rápida: a petição obteve mais de quatro mil assinaturas nas primeiras 24h, fato que gerou grande interesse da grande mídia, levando o caso da Casa Kraft, entre outros, ao jornal da rede estadual filiada à Globo (RBS TV). Junto à petição, um grupo de arquitetos, em que estou inclusa, representantes de diversas instituições (instituições de ensino, Conselho de

Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetos do Brasil, entre outros) elaborou dois pareceres técnicos para atribuir valores ao edifício, documentos estes que embasaram a denúncia da promotoria especializada junto ao Ministério Público Estadual, levando à suspensão do alvará de demolição - suspensão esta que chegou atrasada, pois a edificação teve parte de sua estrutura removida, resultando em descaracterização. Os pareceres técnicos atestaram valores urbanístico, paisagístico, artístico, histórico e afetivo. No ano de 2024 o processo foi finalizado e a edificação foi completamente destruída. Atualmente (Figura 01b) o terreno continua vazio e fechado por tapumes.



Figura 01a e 01b: Fachada Casa Kraft pela Rua Antônio dos Anjos:(a) antes da demolição (Google Earth, 2020); (b) após a demolição (Google Earth, 2024)

O caso, iniciado por mobilização social e embasado por corpo técnico, teve grande repercussão midiática¹ e levantou questionamentos acerca dos métodos de reconhecimento de valores, com vistas à proteção e preservação do patrimônio cultural municipal. Se a Casa Kraft é referência cultural, está na memória coletiva da comunidade e é tão importante para a população, por que não estava inserida no inventário de bens protegidos da cidade? Quais são os critérios de avaliação de bens para a elaboração do inventário? O que determina se um bem é patrimônio cultural? Qual a participação da população neste processo? Qual o papel dos técnicos? Como a população poderia participar de forma efetiva das decisões sobre o que é protegido? Como os técnicos podem promover essa participação efetiva?

A partir desses questionamentos, nesta dissertação de mestrado busco refletir sobre o tema da participação no processo de reconhecimento de um bem como patrimônio a ser preservado, discutindo atribuição de valores e significados pela população, no campo da educação patrimonial, por meio dos inventários participativos. Através da identificação de experiências recentes de inventários participativos no Brasil, bem sucedidas na valorização de significados dos bens culturais, o trabalho pretende expor metodologias, instrumentos e meios de trabalho, analisando a maneira como os inventários participativos são elaborados, desde o planejamento de ações até a divulgação dos resultados, buscando compreender a motivação para cada experiência, quais foram suas particularidades e como se desenvolvem as atividades dos técnicos e arquitetos, enquanto mediadores nestes trabalhos. Reconhecendo-se as experiências como parte de um amplo processo de construção de memória, discute-se a importância dos inventários para a elaboração de projetos, planos e ações de gestão urbana voltados à preservação do patrimônio.

Esta pesquisa se insere no contexto mais amplo do grupo de pesquisa Entre Arte, Arquitetura e Paisagem (EAAP) - Teoria e Crítica da Complexidade Contemporânea, que explora as interseções entre memória, arte e arquitetura. A minha contribuição neste grupo se dá através de pesquisa sobre experiências familiares em educação patrimonial. O grupo EAAP, coordenado pela profa. Fabiola Zonno, orientadora desta dissertação, desenvolve projetos de extensão e projetos especiais – a exemplo do “Atlas do Encantado” (2018-2019) e do “Atlas.Memória.UFRJ” (2021-2022) – que visam explorar a mediação em educação patrimonial, através da aproximação com meios artísticos contemporâneos, valorizando derivas, fotografias e montagens de imagens além de outras formas de

¹ O caso teve cobertura do jornal local (Diário Popular), canal de televisão, rádio local (através de entrevista pelo telefone com publicação de reportagem no site da rádio), além de um programa de rádio transmitido em formato de *live*. Os links de acesso constam na bibliografia deste documento.

expressão. Estas iniciativas procuram explorar não apenas valores cognitivos, mas também afetivos, na busca por uma dimensão mais ampla de participação e engajamento do público com o patrimônio cultural.

Desta forma, o trabalho busca entender de que maneira pode se desenvolver a construção de memória de modo participativo, a partir de uma visão educativa, através do reconhecimento dos significados atribuídos aos lugares pela comunidade local. O caso que motivou a elaboração desta pesquisa trouxe à tona reflexões sobre a relevância de aspectos subjetivos envolvidos nos processos de atribuição de valores e da relevância de edificações não protegidas para a experiência da paisagem urbana e sua identificação como parte de uma cidade. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a debater a potencialidade da integração do patrimônio cultural no planejamento e na gestão urbanas, explorando como o reconhecimento dos valores e significados atribuídos pela comunidade pode influenciar as decisões sobre o que preservar, como projetar e planejar o desenvolvimento da cidade e como garantir que as políticas urbanas reflitam as necessidades dos moradores.

A pesquisa tem como base teórica os debates no campo do patrimônio sobre memória individual e coletiva com Maurice Halbwachs (1990), considerando também a dimensão dos “próximos” conforme Paul Ricoeur (2007), sobre valores e significado com Salvador Muñoz-Viñas (2004) e Ulpiano Meneses (2009), referência cultural com Maria Cecília Londres Fonseca (2000, 2003, 2006) e Laurajane Smith (2011), e ainda educação patrimonial e participação com Marcelo Lopes de Souza (2006), Eliana Miranda (2016), Sonia Rampim (2019, 2022) e Simone Scifoni (2019, 2022). A discussão tem como pano de fundo a defesa da dimensão de “lugar” como espaço significado, conforme estado da arte do conceito esclarecido por Fábio Duarte (2002) e a de identidade, no contexto da contemporaneidade, com Stuart Hall (2006). Todos esses autores são mobilizados nos capítulos subsequentes, articulando teoria e análise crítica dos dados.

Considerando que os aspectos culturais têm um papel importante nas decisões sobre o que irá ser preservado, o caráter subjetivo deve ser considerado para o reconhecimento de valores. Assim, são estruturantes os conceitos de *memória* e *lugar*: a *memória* pode ser ativada por experiências ligadas a uma situação, lugar e/ou acontecimento. As memórias individuais e coletivas são interdependentes e dinâmicas entre si, já que as coletivas são o conjunto de muitas individuais e estas são influenciadas pelas primeiras (Halbwachs, 1990 [1950], p. 51). Entender a memória como construção abre o caminho para ações de educação que trabalham a produção coletiva do conhecimento. As memórias também são afetadas pelo espaço e contexto a que estão conectadas. Cada grupo social terá sua memória construída a partir da vivência em um determinado lugar, sendo fundamental envolver valores, significados e a importância que um determinado bem tem para uma comunidade. É essencial o

processo de inventariar e educar, que permite a constante negociação e ressignificação dessas memórias. A memória, nesse sentido, não é um depósito estático de informações, mas uma construção social ativa, moldada pelas experiências presentes e pelas interações entre indivíduos e grupos.

Entende-se *lugar* como um espaço físico dotado de *significado*. Uma sociedade reconhece um *lugar* como sendo seu quando ele possui um significado para este grupo específico, possibilitando a sensação de pertencimento. Para permanecer vivo, este lugar precisa de sujeitos, pois “sujeito e espaço são parceiros na construção do lugar.” (Duarte, 2016, p.72). Mostra-se fundamental o debate sobre lugares que se preservam como parte da memória coletiva, como patrimônio cultural de uma sociedade, assim como o envolvimento participativo da comunidade a qual interessa a atribuição de sentidos e valores.

Com estes e outros conceitos em mente para poder elaborar uma análise mais clara e concisa, as pesquisas iniciais consideram três trabalhos acadêmicos: o artigo de Liane Almeida e Michele Bastos (2006), que traz um relato sobre a experiência da cidade de Pelotas na busca pela preservação do patrimônio, com uma descrição resumida do processo de elaboração do inventário do patrimônio histórico e cultural, desde os critérios de avaliação até os níveis de conservação designados; a dissertação de Marielle Rodrigues Pereira (2014) faz uma análise do processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional/TO, identificando os valores envolvidos e trazendo a discussão sobre as práticas de preservação do espaço urbano através da preservação das referências culturais a partir da noção conceitual de lugar; e a tese de Liziane Peres Mangili (2015), que analisa os conflitos de valores e significados de reconhecimento e práticas de preservação do patrimônio cultural de Lençóis, Bahia, comparando os valores identificados pela população com as ações governamentais no sentido de preservação, mostrando a importância do espaço participativo nas decisões de planejamento urbano.

A autora Marielle Pereira (2014) traz em seu trabalho uma reflexão, baseada na obra de Yi-fu Tuan (1983) sobre o conceito de *lugar* na condição de espaço humanizado, citando ainda, entre outros, Flávio Carsalade (2007) sobre o *lugar* como herança cultural e Pierre Nora (1984) com sua definição de *lugares de memória*. Segundo ela, a noção de patrimônio é transformada no momento que se tira o foco sobre o bem material isolado e transfere o olhar para a concepção de “referência cultural” (trabalhado no Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan (2000), que inclui, entre outros valores, a experiência e ações vinculadas ao bem em questão, evidenciando a influência mútua entre materialidade e valores afetivos e simbólicos.

Neste sentido, enfatizo, conforme o Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, a noção de referência cultural: “veio deslocar o foco dos bens – que, em geral, se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores” (IPHAN, 2000, p.11). Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. (IPHAN, 2000, p.14).

Mangili (2015), em sua tese de doutorado, traz reflexões sobre a crescente reivindicação de participação popular na tomada de decisões sobre o quê e como se preserva em diferentes cidades. Traz a visão de uma técnica do IPHAN que percebe que a apropriação do patrimônio acontece de diferentes maneiras, que o que pode ser importante para um técnico pode impactar diferente temente os moradores. Também faz uma análise sobre os diversos tipos de valores a serem atribuídos ao patrimônio, destacando os pensamentos de Ulpiano Meneses (2009) sobre o imaginário, ou seja, matrizes dos valores como ideologias, aspirações e expectativas indispensáveis no levantamento das representações sociais.

Como referencial também de meu trabalho, desde já destaco a importância dos valores afetivos: “aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos, e também aqueles que dão a noção de pertencimento dos indivíduos aos lugares” (Meneses, 2009). A partir deste valor, vê-se a importância do levantamento das representações sociais nas políticas de preservação. Este e os outros valores apontados por Meneses serão explorados no primeiro capítulo desta dissertação.

Os trabalhos analisam citados acima, além do processo de decisão sobre a necessidade de preservação de um bem, as questões legais que envolvem tal preservação. O inventário de patrimônio cultural é uma das ações legais de preservação previstas pela constituição federal. Historicamente, é papel do Estado promover a preservação do patrimônio cultural, bem como definir quais bens integram este patrimônio (Meneses, 2009. p.33). Como ressalta Silva (2020, p.205) o reconhecimento do patrimônio precisa partir também da sociedade civil, uma vez que o patrimônio cultural representa os modos de vida de uma comunidade através de seus referenciais de identificação.

O ano 2000 foi de diversas modificações na forma de trabalho e preservação do IPHAN. Neste ano foi reconhecido o Patrimônio Imaterial como referência cultural para uma sociedade e também foi publicado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é um instrumento de identificação de referências culturais que busca identificar e registrar os bens expressivos da diversidade cultural. Esta publicação tem como um dos objetivos “resgatar e incorporar os múltiplos sentidos

que a vida social constrói em torno e a propósito das estruturas de pedra e cal e da paisagem natural” (IPHAN, 2000, p. 23). A metodologia descrita em seu Manual de Aplicação se diferencia por incluir o contato com “personalidades da sociedade que são vozes importantes para o registro de informações” (Silva, 2020, p. 207). A partir desta ideia de aproximação, anos depois foi publicado o Manual de Aplicação de Inventários Participativos (IPHAN, 2016). Esta publicação surgiu da busca da autonomia dos grupos sociais para experienciar e documentar seu próprio patrimônio e veio ao encontro de diversas mobilizações de grupos sociais, principalmente de pessoas pretas e da cultura africana e afro-brasileira, que sentiram a necessidade de reivindicar o direito de ter sua memória preservada através de meios oficiais, na luta contra o apagamento de sua história (IBRAM, 2019).

A professora e arquiteta Ana Lúcia Meira (2004, p.70) define: “Entende-se como participação a parte da gestão que se realiza com os atores sociais direta ou indiretamente envolvidos no processo e que pode ser espontânea ou incentivada por uma política pública.” Ao trabalhar com participação popular devemos pensar em todos os atores envolvidos no processo que pode ser incentivada por políticas públicas.

Ações de inventário participativo já estavam acontecendo antes da publicação do Manual. Esta pesquisa, que busca identificar e analisar, sob a luz da educação patrimonial e participação popular, alguns dos métodos utilizados até aqui (depois da publicação do IPHAN), se justifica na importância de constante revisão das ações do âmbito do patrimônio, como Meneses (2009, p.26) chama a atenção para “necessidade indispensável e urgente de manter permanentemente uma atitude crítica em relação a certas premissas que devem orientar a atividade no campo do patrimônio cultural”. Nesse sentido, a educação e a participação, como apontado por Choay (2011), emergem como ferramentas cruciais para conscientizar as sociedades contra a desvalorização das diferenças culturais, elementos estes que moldam a identidade e a riqueza da humanidade.

O Inventário Participativo está entre as ações de educação patrimonial listadas pelo IPHAN. Dessa maneira, a natureza educativa das ações dentro de cada experiência foi fator determinante para a seleção aqui apresentada. Foram escolhidas experiências de inventários participativos pensadas para abranger um público não infantil (excluindo-se as ações que continham atividades em escolas de ensino básico), além de primar pelas experiências que continham ações pensadamente educativas. O “Inventário Participativo Estação Ferroviária Campo Grande” (2020) foi realizado após a publicação do IPHAN, então utilizou esta metodologia como base, fazendo alguns ajustes. Escolhi este inventário, pois ele teve como objetivo contribuir para uma ação de projeto arquitetônico de intervenção, embora seja possível tecer críticas sobre os desdobramentos, e possui a especificidade de ter sido interrompido

durante a pandemia da COVID-19 e retomado com atividades remotas. Considero de suma importância a adequação às tecnologias e exploração da potencialidade dos recursos digitais como forma de aproximação entre grupos distintos, assim como de disseminação de conhecimento e resultados. A segunda experiência caracterizada é o “Inventário Participativo do Minhocão contra a Gentrificação” (2019). Este foi trazido para o estudo pela importância social deste tema (a luta contra a gentrificação, processo que já está acontecendo e tende a piorar naquela região); e por ser realizado por um coletivo de educação patrimonial que preza por processos efetivamente participativos e educativos e disponibiliza relatos sobre cada uma das etapas de trabalho, ajudando a disseminar o conhecimento construído. Tal processo contribui para reconhecer a importância de ações participativas para um pensamento de cidade, considerando ações de preservação como parte de planos.

A questão norteadora desta pesquisa é: De que forma ocorrem os processos de reconhecimento e atribuição de valores, e por quais meios, métodos e categorias esses processos se dão? E, considerando que nos inventários participativos há o protagonismo das comunidades envolvidas e o importante papel dos técnicos (entre eles, o arquiteto e urbanista) na condução e na mediação, quais são os diferenciais dos resultados dos inventários participativos?

O trabalho pretende discutir a importância dos inventários participativos para a educação cidadã e para fornecer subsídios ao projeto, enquanto visão de futuro das cidades, o que inclui políticas, ações de gestão, planos e projetos de intervenção.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a afirmação da dimensão participativa nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural e de construção de memória, considerando sua importância para o projeto, a partir da investigação de experiências de inventários participativos.

Como objetivos específicos, pretende:

- Discutir a natureza dos valores e significados atribuídos aos bens, em especial a relevância da esfera subjetiva, com a participação da população no processo de reconhecimento do patrimônio a ser preservado;
- Identificar, caracterizar e analisar processos, meios e instrumentos de inventários participativos no Brasil, a partir dos casos selecionados, além de resultados, a serem discutidos relação aos valores atribuídos aos lugares;
- Refletir sobre os inventários participativos como ações de construção de memória, entendendo a inter-relação entre os processos de inventário e de educação patrimonial diante dos desafios contemporâneos da preservação do patrimônio.

- Investigar a potencialidade da utilização dos inventários participativos como ferramenta de projeto, planejamento e gestão urbana, explorando como o reconhecimento dos valores e significados atribuídos pela comunidade pode influenciar as decisões sobre o desenvolvimento da cidade;

- Refletir sobre o papel do arquiteto e urbanista nos processos de inventário participativo e seus desdobramentos.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão dos processos de reconhecimento e atribuição de valores culturais a partir das experiências de inventários participativos. O estudo baseia-se na análise de diferentes fontes documentais e discursivas, incluindo dossiês, fichas de inventário, apresentações on-line dirigidas à comunidade e artigos acadêmicos publicados pelas equipes responsáveis.

Como parte do levantamento empírico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as arquitetas responsáveis pela coordenação de cada um dos casos estudados: Mariana Kimie Nito, no Inventário Participativo *Minhocão contra a Gentrificação* (2019), e Ana Soida, no Inventário Participativo da *Estação Ferroviária de Campo Grande* (2020). As entrevistas tiveram como objetivo compreender o contexto de origem dos projetos, a iniciativa das ações, as metodologias adotadas e suas especificidades, bem como os resultados alcançados e as formas de devolutiva às comunidades. Também foram exploradas percepções sobre o papel dos arquitetos e urbanistas dentro das equipes de trabalho, considerando suas funções de mediação entre os saberes técnicos e os saberes locais.

As perguntas iniciais seguiram um roteiro comum para as duas entrevistas, abordando aspectos metodológicos e processuais. Contudo, cada conversa assumiu caminhos próprios, a partir das particularidades de cada inventário, revelando nuances específicas dos territórios, dos sujeitos envolvidos e das práticas participativas. Essa estratégia metodológica permitiu acessar tanto os registros institucionais quanto as interpretações e percepções das profissionais diretamente envolvidas, possibilitando uma análise crítica mais abrangente sobre os limites e potencialidades dos inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial, mediação cultural e planejamento urbano.

A dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, Inventários Participativos e Ações Educativas Participativas no Brasil, discute a trajetória dos inventários de identificação no Brasil, com ênfase na metodologia dos inventários participativos, contextualizando sua origem, princípios e diferenciais em relação aos modelos tradicionais, a partir da

análise de documentos institucionais do IPHAN e de autores que problematizam essa prática, além do referencial teórico que sustenta a pesquisa, abordando os conceitos de memória, lugar, valores e significados, assim como os fundamentos da educação patrimonial e da participação social no campo do patrimônio cultural . O segundo Capítulo, Inventários Participativos - Experiências com vistas à Preservação do Patrimônio, traz a análise crítica de duas experiências concretas de inventários participativos realizados no Brasil: o inventário da Estação Ferroviária de Campo Grande (SP) e o inventário do Minhocão contra a Gentrificação (SP). A partir dos dossiês, fichas de inventário, relatórios e entrevistas com as arquitetas responsáveis, são discutidos os processos de escuta, categorização e os significados atribuídos aos bens pelas comunidades envolvidas. O último Capítulo, Inventários Participativos e o Pensar a Cidade – Educação Cidadã e Projeto, amplia a discussão sobre o potencial dos inventários participativos como instrumentos de educação cidadã e como subsídios para planos, projetos e políticas públicas, defendendo uma visão de cidade sensível, democrática e enraizada nos valores da população, além de problematizar o papel da equipe técnica, em especial os arquitetos e urbanistas, na construção dessa visão de cidade.

2. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E AÇÕES EDUCATIVAS PARTICIPATIVAS NO BRASIL

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz. (Normas de Quito, 1967).

As noções de cultura, patrimônio e memória são construções sociais dinâmicas, moldadas pelas transformações históricas, políticas e simbólicas das sociedades que as produzem. Por isso, compreender patrimônio cultural exige mais do que reconhecer a materialidade ou imaterialidade de certos bens: requer o entendimento dos processos de significação e valoração atribuídos por diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Neste capítulo, busca-se mapear o percurso teórico que embasa a proposta do inventário participativo como instrumento de preservação e como ferramenta de mobilização social e ação educativa, reconhecendo sua inserção em disputas por memória, identidade e direito à cidade.

A discussão parte de uma reflexão sobre o papel da memória coletiva e da atribuição de valor, integrando os aportes de autores como Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Paul Ricoeur, Laurajane Smith e Salvador Muñoz Viñas à trajetória das políticas públicas de inventário no Brasil, com ênfase nas transformações promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao articular essas contribuições teóricas ao percurso histórico das práticas inventariais, é possível identificar a progressiva valorização da participação social como princípio estruturante na produção do conhecimento sobre o patrimônio cultural.

A crítica à homogeneização e à mercantilização do patrimônio, conforme propõe Françoise Choay, também orienta essa discussão. Em sua análise, a autora adverte para os riscos da padronização global dos critérios de preservação, que frequentemente desconsideram as especificidades locais e a diversidade cultural. Para ela, a defesa do patrimônio deve se dar em três frentes fundamentais: “a educação, a utilização ética das heranças e a participação coletiva na produção de um patrimônio vivo”. A educação deve promover “um imenso trabalho de reencontros com a história e, mais ainda, com a espacialidade real”, incorporando o corpo e os sentidos no reconhecimento dos espaços edificados. A utilização ética das heranças requer “arrancar sítios e edifícios antigos do seu gueto museológico e financeiro”, propondo “novos usos adaptados à demanda societal contemporânea”. Por fim, a participação coletiva é viabilizada por “associações locais de cidadãos”, pois “é às

escalas locais, pela adição e a confrontação de tomadas de consciência individuais, que poderá de novo ser afirmada a necessária reivindicação da diferença, marca da identidade” (Choay, 2011, p. 39- 40). Essas frentes são retomadas ao longo deste capítulo como eixos analíticos que sustentam a defesa de práticas patrimoniais mais sensíveis, dialógicas e enraizadas nos contextos comunitários.

Com base nessa perspectiva, o item 2.1 reconstrói o percurso das políticas de inventário no Brasil, desde os modelos técnico-descritivos até a formulação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), destacando o papel das diretrizes internacionais, da Constituição de 1988 e da atuação do IPHAN. Já o item 2.2 se debruça sobre as ações educativas associadas aos inventários participativos, problematizando os sentidos da educação patrimonial e sua evolução conceitual, do modelo bancário à proposta de construção coletiva do conhecimento.

A fundamentação teórica aqui apresentada serve, portanto, como alicerce para a análise desenvolvida nos capítulos seguintes, nos quais se examina a experiência prática da realização de inventários participativos como prática técnica, educativa e política, capaz de fomentar o reconhecimento de identidades e o fortalecimento do pertencimento coletivo.

2.1 INVENTÁRIO E PARTICIPAÇÃO – HISTÓRICO

A trajetória das políticas de inventário no Brasil revela um percurso longo e complexo entre práticas técnicas voltadas à identificação de bens culturais e abordagens participativas centradas nos sujeitos sociais. Desde a criação do SPHAN, em 1937, o inventário foi utilizado como instrumento técnico voltado à seleção de bens para tombamento, mas ainda sem consolidar-se como política pública estruturada e continuada. Conforme argumenta Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 62), essa prática esteve inicialmente atrelada à noção de patrimônio monumental, com foco em bens materiais de valor histórico e artístico, o que limitava sua abrangência e sua relação com as dinâmicas culturais da sociedade.

Essa perspectiva passou a ser questionada ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando foram realizadas experiências de inventários urbanos em várias cidades brasileiras, ainda que de forma fragmentada e desarticulada de uma política nacional mais ampla. Como destacado por Lia Motta e Maria Beatriz Resende da Silva (1998, p. 13), o inventário era, nesse momento, aplicado pontualmente por administrações municipais e iniciativas universitárias, com foco na identificação de bens arquitetônicos e urbanísticos, mas sem metodologias consolidadas nem envolvimento direto das comunidades locais.

De acordo com o diagnóstico realizado pelo IPHAN, os inventários sistemáticos passaram a ser realizados somente a partir da década de 1980. Os trabalhos anteriores são considerados inexpressivos em termos de prática institucional consolidada, pois, durante os primeiros trinta anos, a atuação do IPHAN foi orientada majoritariamente por profissionais vinculados ao movimento modernista (Motta e Silva, 1998, p. 13). Somente nos anos 1980 surgem pesquisas sobre bens não tombados, com metodologias variadas e iniciativas vindas das coordenações regionais. Estas, por estarem mais próximas das comunidades e de seus acervos, passaram a registrar práticas culturais não reconhecidas oficialmente, empregando métodos diversos e abordando múltiplos tipos de bens em um mesmo inventário, como móveis, imóveis e saberes tradicionais (p. 17).

Apesar dessa diversidade, a maioria dos inventários realizados adotava critérios predominantemente arquitetônicos e estilísticos para selecionar os bens. Essa limitação metodológica, contudo, começa a ser superada à medida que novas noções são introduzidas no campo da preservação, como referência cultural, dinâmica cultural e indicadores culturais, que refletem um novo modo de pensar o patrimônio (Motta e Silva, 1998, p. 28).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao reconhecer expressamente o patrimônio cultural brasileiro como constituído não apenas por bens materiais, mas também imateriais, reconhecendo sua dimensão simbólica e identitária (Fonseca, 2003, p. 62). O artigo 216 da Constituição define o que é patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo como tal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O mesmo artigo prevê que a preservação do patrimônio pode se dar por meio de diversas formas, entre elas o inventário, e inclui explicitamente as comunidades como agentes fundamentais desse processo. Esse reconhecimento legal fortalece o papel das populações locais na identificação e preservação de seus próprios bens culturais, abrindo caminho para uma nova concepção de inventário que ultrapassa a mera listagem técnica e incorpora a participação social como eixo estruturante da política patrimonial.

Alinhado a essa virada epistemológica observada nas políticas nacionais, Maurice Halbwachs (1990 [1950]) propõe que a memória é socialmente construída e mantida por grupos sociais, ideia que se articula diretamente ao modo como as comunidades reconhecem e atribuem valor a seus próprios bens culturais. Pierre Nora (1993 [1984]), ao propor o conceito de "lugares de memória", aponta o risco de que esses processos se tornem fixadores de narrativas únicas e dominantes, o que reforça a importância da participação ativa dos sujeitos na escolha daquilo que se torna patrimônio.

A Declaração de Santiago do Chile (1972) marca um ponto de inflexão ao propor uma redefinição do papel dos museus na América Latina, atribuindo-lhes a função de instituições a serviço da transformação social e da formação crítica das comunidades (Mesa-Redonda de Santiago, 1972). O conceito de "museu integral" proposto nesse encontro coloca em evidência a necessidade de vincular passado, presente e futuro, promovendo ações educativas, de conscientização e de engajamento político das populações. Essa perspectiva ressoa com a ideia de patrimônio como construção coletiva e instrumento de justiça social.

Em consonância com essa perspectiva, Maria Cecília Londres Fonseca (Motta e Silva, 1998, p. 31-32) destaca que a noção de referência cultural implica uma mudança de foco: mais do que os bens em si, o importante é o "olhar" que se lança sobre eles, o ponto de vista dos sujeitos sociais. Isso exige repensar a relação sujeito-objeto de modo a valorizar os critérios e interesses historicamente situados que definem o valor dos bens culturais. Para a autora, o patrimônio não possui um valor intrínseco, mas sim atribuído por grupos específicos com base em seus modos de vida e contextos culturais. Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o processo de inventário não se limita à técnica de catalogação, mas constitui um espaço privilegiado de escuta, negociação e reconhecimento dos diversos modos de vida que compõem a sociedade brasileira.

Paul Ricoeur (2007 [2000], p. 85) nos alerta que a memória é sempre uma construção narrada, selecionada, e que remete diretamente à identidade dos sujeitos. Nesse contexto, o autor apresenta a noção de “**próximos**”, referindo-se àqueles com quem estabelecemos vínculos éticos e relacionais mais diretos. A memória individual, portanto, nunca se constrói de forma isolada, mas a partir de uma rede de interações com esses “outros significativos” que compartilham experiências, práticas e sentidos sobre o território. Ao incorporar essa perspectiva aos inventários participativos, compreende-se que a escuta dos “próximos” — moradores, frequentadores e atores sociais diretamente implicados — possibilita acessar memórias situadas, afetos e narrativas que sustentam a produção coletiva do patrimônio. Esse diálogo entre memórias individuais e coletivas amplia a compreensão dos valores atribuídos aos bens e lugares, fortalecendo o caráter democrático e plural dos processos de inventário.

Já Salvador Muñoz-Viñas (2004) acrescenta que os processos de preservação devem ser baseados no diálogo e na negociação entre diferentes valores culturais, reconhecendo os conflitos e subjetividades que envolvem a memória e a identidade coletiva. Essa perspectiva reforça a noção de que a preservação não deve buscar consensos homogêneos, mas sim a construção de espaços de escuta e mediação, nos quais múltiplas vozes possam se expressar e se confrontar de forma legítima. Ao considerar os diferentes sistemas de valores em disputa, Muñoz-Viñas contribui para a consolidação de um modelo ético de preservação que valoriza o dissenso e a pluralidade como condições para uma política patrimonial verdadeiramente democrática.

A crítica ao modelo hegemônico de patrimonialização é aprofundada por Laurajane Smith (2006, p. 211), ao desenvolver o conceito de “Discurso Autorizado do Patrimônio”, no qual o patrimônio é definido e controlado por especialistas, com base em critérios eurocêntricos e excludentes. Para a autora, esse discurso privilegia determinadas narrativas históricas e silencia outras, como as memórias de grupos subalternizados. Pensar o patrimônio como processo cultural, e não como coisa, implica considerar também o que tem sido esquecido, por que foi esquecido e quais as consequências disso para a equidade social (Smith, 2011, p. 39). Esta compreensão é fundamental para tensionar os limites do reconhecimento institucional e impulsionar práticas patrimoniais mais inclusivas e plurais. Compartilho dessa perspectiva crítica ao modelo excludente de patrimonialização, por compreender que as políticas de preservação não devem apenas proteger objetos, mas também promover justiça simbólica e representatividade histórica para os grupos marginalizados.

A Carta de Burra (ICOMOS, 1999) constitui um dos documentos internacionais mais relevantes no campo da conservação do patrimônio cultural, ao estabelecer diretrizes éticas e operacionais baseadas no respeito à significação cultural dos bens, enfatizando que o uso deve ser compatível com sua significação cultural, devendo causar o mínimo impacto à sua substância e identidade.

A Carta de Burra atribui centralidade à manutenção do entorno dos bens, considerando que a ambiência física, visual e simbólica é parte integrante de sua significação. Tais diretrizes reforçam que o patrimônio não deve ser isolado do contexto histórico, social e material em que está inserido, devendo ser preservado de maneira holística. A Carta também enfatiza a necessidade de basear as ações de preservação em diagnósticos aprofundados e em documentação rigorosa, com a participação de profissionais qualificados e a adoção de critérios interdisciplinares. Nesse sentido, a abordagem preconizada pelo ICOMOS corrobora os avanços verificados nas políticas nacionais de preservação no Brasil, como a noção de referência cultural e a incorporação das comunidades como agentes ativos do processo patrimonial. Ao articular conservação material, valores simbólicos e processos sociais, a Carta de Burra contribui significativamente para consolidar um modelo ético e democrático de preservação, que transcende a lógica monumentalista e técnica, valorizando o patrimônio enquanto construção cultural plural.

Em 2000, o IPHAN instituiu o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sistematizando uma nova abordagem teórico-metodológica que incorporava os conceitos de patrimônio cultural como construção coletiva e dinâmica. O INRC introduziu a noção de "referência cultural" como eixo central do processo inventariante, definindo como objeto do inventário aquilo que possui valor simbólico para determinado grupo social (IPHAN, 2000, p. 12). Essa mudança rompe com a lógica classificatória dos inventários tradicionais, privilegiando a escuta e a participação comunitária na identificação dos bens a serem documentados, o que representa um avanço significativo no sentido de democratizar as políticas públicas de preservação.

O IPHAN consolida esse caminho com a publicação do Manual de Orientações para Inventários Participativos em 2016. O documento afirma a centralidade da escuta, da mediação e da atuação compartilhada entre técnicos e comunidades, visando construir políticas de preservação mais democráticas e inclusivas. O manual orienta que o processo de identificação e valorização dos bens deve ser conduzido em parceria com os sujeitos diretamente envolvidos com as práticas culturais inventariadas, respeitando seus modos de vida e formas de organização social (IPHAN, 2016).

Essa abordagem dialoga com as proposições de Simone Scifoni (2022, p. 7), que entende o inventário participativo como prática formativa que promove a autonomia e o pertencimento comunitário. Eliana Miranda (2016) destaca o papel dos mediadores culturais como facilitadores do diálogo entre Estado e sociedade civil, e Sônia Rampim (2022, p. 10) reforça que a participação social deve estar presente desde a concepção até a gestão dos processos patrimoniais.

O conceito de mediação em processos de educação patrimonial envolve mais do que a transmissão de informações: trata-se de construir espaços de diálogo capazes de articular diferentes saberes, experiências e perspectivas sobre o patrimônio. Para Miranda (2016, p. 42), a mediação funciona como prática pedagógica que busca criar vínculos e possibilitar a troca de conhecimentos entre mediadores, técnicos e comunidades envolvidas. Essa abordagem se articula à perspectiva de Rampim (2016, p. 56), que destaca a importância da escuta das memórias subterrâneas e das narrativas locais para ampliar a compreensão dos significados atribuídos aos bens culturais. Scifoni (2022, p. 7) complementa essa discussão ao reconhecer os inventários participativos como práticas formativas, nas quais a mediação estimula a autonomia comunitária e fortalece o protagonismo dos sujeitos na definição de seus referenciais culturais. Sob essa ótica, a mediação atua como um dispositivo de negociação simbólica, que conecta técnica, memória e participação social, favorecendo uma leitura mais plural e democrática do patrimônio.

Ao compreender a mediação como prática pedagógica e de negociação simbólica, torna-se possível relacionar esse conceito à discussão sobre o espaço urbano e o direito à cidade. Nesse sentido, a leitura de Lefebvre (2001) amplia o entendimento da participação discutida acima ao propor que o espaço urbano deve ser entendido para além de sua materialidade física: trata-se de um “espaço vivido”, produzido pelas práticas sociais e pelos conflitos que definem sua forma e seus sentidos. Duarte (2007, p. 45), ao discutir a obra de Lefebvre, observa que o direito à cidade envolve não apenas o acesso a bens e serviços, mas a possibilidade de reivindicar, produzir e ressignificar os espaços urbanos a partir das experiências cotidianas. Sob essa perspectiva, a participação nos inventários de identificação de referências culturais pode ser entendida como uma forma de mobilização concreta pelo direito à cidade, ao permitir que os moradores intervenham diretamente na definição das memórias, valores e significados de seus territórios.

O espaço urbano, como observa Souza (2006, p. 172), é um território de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos sociais, com interesses e afetos diversos, produzem sentidos e narrativas em permanente negociação. Essa perspectiva aproxima a discussão sobre a cidade do debate sobre patrimônio cultural, ao evidenciar que a seleção do que deve ser preservado ou valorizado não é neutra, mas atravessada por conflitos, silenciamentos e resistências. Nesse contexto, o autor propõe o conceito de pedagogia urbana como chave para compreender o papel dos técnicos e mediadores na construção de processos mais democráticos. Como destaca Souza (2006, p. 266), o planejamento urbano deve ser entendido como prática formativa, em que o conhecimento científico dialoga com os saberes locais, criando condições para que diferentes grupos possam reivindicar, negociar e construir coletivamente o futuro de seus territórios. Essa abordagem se articula com os inventários participativos ao reconhecer neles arenas de negociação simbólica, em que valores, memórias e referências culturais são disputados, redefinidos e ressignificados.

A partir dessa compreensão sobre o espaço urbano e o direito à cidade, o inventário participativo se consolida como estratégia de mobilização, reconhecimento e disputa por narrativas. Ao integrar escuta, memória e identidade, ele transforma a política patrimonial em campo de atuação cidadã, aproximando as práticas de preservação dos direitos culturais. Como aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 64), “a política do patrimônio não pode prescindir da participação social, sob o risco de reforçar desigualdades e invisibilidades históricas”.

Em síntese, a trajetória dos inventários no Brasil revela uma transição paradigmática: da ferramenta técnica de apoio ao tombamento à prática crítica de mediação cultural e justiça simbólica. Essa transformação está ancorada na ampliação dos sentidos de patrimônio, na valorização dos sujeitos locais e na construção compartilhada do saber. O inventário participativo, nesse contexto, representa não apenas um instrumento metodológico, mas um projeto político de inclusão, memória e transformação social.

2.2 AÇÕES EDUCATIVAS PARTICIPATIVAS

A mudança de paradigma nas políticas de preservação cultural no Brasil não se limitou à redefinição do que se entende por patrimônio. Ela implicou também em uma transformação profunda nas formas de ação dos agentes envolvidos nesse campo. Se antes predominavam práticas centralizadas, conduzidas por especialistas e mediadas por critérios técnico-estéticos, a virada participativa trouxe à cena a escuta ativa, o reconhecimento das comunidades como produtoras legítimas de saber e a mediação como princípio metodológico. Essa reconfiguração se manifesta com força

nas ações de educação patrimonial, que passam a ocupar papel estruturante na construção de políticas públicas mais democráticas.

As primeiras iniciativas de educação patrimonial no Brasil remontam à década de 1930, articuladas ao processo de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), quando se buscava promover a valorização do patrimônio nacional por meio de campanhas educativas e publicações (Motta e Silva, 1998, p. 49). Essas ações, contudo, estavam fortemente ancoradas em uma perspectiva elitista e monumentalista, voltadas à legitimação de uma identidade nacional homogênea (p. 32).

Foi apenas a partir da década de 1970 que surgiram práticas mais próximas da perspectiva crítica e participativa, em diálogo com movimentos sociais e experiências locais de valorização cultural. Essa inflexão se intensificou nos anos 1980, com o fortalecimento das lutas por redemocratização, que trouxeram a participação social para o centro do debate sobre políticas públicas (FONSECA, 1998, p. 31-33). Preservar, portanto, é um ato político. Conhecer as referências culturais é o primeiro passo, mas não basta: é preciso promover ações que garantam sua continuidade e visibilidade. “Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder” (IPHAN, 2000, p. 15).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco nesse processo ao reconhecer expressamente o papel das comunidades na preservação do patrimônio cultural brasileiro (Art. 216), ampliando o escopo do conceito de patrimônio para incluir bens materiais e imateriais, além de reconhecer o inventário como uma das formas de preservação (BRASIL, 1988). Essa concepção se consolidou no início dos anos 2000, com a formulação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que incorporou de maneira definitiva a perspectiva da participação social nas ações de identificação e valorização de bens culturais (IPHAN, 2001).

O reconhecimento da centralidade da participação não significa apenas convocar a comunidade a validar decisões previamente tomadas, mas sim criar dispositivos efetivos de escuta, negociação e compartilhamento de sentidos. Como aponta Françoise Choay (2001 [1992], p. 133), essa mudança implica em renunciar a uma posição autoritária do saber técnico e reconhecer que os significados atribuídos aos bens culturais não são fixos ou universais, mas estão em constante disputa. Essa ideia se articula à noção de “referência cultural”, que passa a ocupar lugar central nas ações de inventário e educação patrimonial, conforme discutido anteriormente. O foco deixa de estar apenas nos bens em si para se deslocar às relações que os grupos estabelecem com eles e aos valores que os sustentam.

Paul Ricoeur (2007 [2000], p. 85) nos alerta que a memória é sempre uma construção narrada, selecionada, e que remete diretamente à identidade dos sujeitos. A educação patrimonial, nessa perspectiva, deve assumir um caráter crítico e formativo, estimulando as comunidades a refletirem sobre suas memórias, suas escolhas e também sobre seus silenciamentos. O processo educativo se torna, assim, um instrumento político de apropriação e reconstrução das narrativas coletivas, promovendo a ressignificação dos bens culturais a partir da realidade de cada grupo.

Laurajane Smith (2006, p. 89) reforça a crítica ao modelo tradicional de patrimonialização, ao afirmar que o “Discurso Autorizado do Patrimônio” tende a legitimar apenas algumas vozes — geralmente ligadas a instituições formais de poder —, enquanto exclui saberes locais, subjetividades e experiências comunitárias. Ao pensar o patrimônio como processo cultural, Smith nos convida a entender a educação patrimonial como campo de disputa simbólica, onde múltiplos atores constroem significados, narrativas e pertencimentos. Esse entendimento amplia o alcance das ações educativas, que passam a ser vistas não como complemento à preservação, mas como parte intrínseca dela.

Salvador Muñoz-Viñas também problematiza a ideia de valores universais na conservação e chama atenção para a necessidade de considerar sistemas de valores diversos em disputa — técnicos, estéticos, sociais e simbólicos — propondo que os processos de preservação se organizem a partir do diálogo, da negociação e do reconhecimento do dissenso (Muñoz-Viñas, 2004, p. 33). Ulpiano T. B. Meneses complementa e amplia essa leitura ao situar o patrimônio como um campo de forças sociais, em que a atribuição de valor é um procedimento político e relacional (Meneses, 2007, p. 39). Em seus textos, Meneses identifica distintos regimes de valor que se articulam e entram em tensão: (i) valores históricos — ligados à construção de memória coletiva e às narrativas sobre o passado; (ii) valores estéticos e formais — relacionados à materialidade e à forma; (iii) valores afetivos — que emergem de vínculos pessoais e comunitários com lugares; (iv) valores sociais/de uso — derivados de práticas cotidianas e funções sociais; e (v) valores políticos ou de luta — quando a patrimonialização atua como estratégia de resistência e afirmação identitária (p. 40; 43). Para Meneses, patrimonializar é, portanto, selecionar e projetar sentidos sobre o passado a partir do presente — um ato que implica escolhas, exclusões e disputas.

A articulação entre Muñoz-Viñas e Meneses fornece, assim, um quadro teórico operativo para ler os inventários participativos: enquanto Muñoz-Viñas enfatiza a necessidade ética e metodológica da negociação entre valores, Meneses oferece categorias analíticas para identificar quais valores estão em disputa e de que modo esses valores se traduzem em práticas e projetos.

Nesse sentido, a Carta de Santiago (1972) já havia proposto que os museus — e, por extensão, os equipamentos culturais — deveriam assumir um papel social e educativo, deixando de ser apenas depositários de objetos e passando a atuar como espaços de escuta, formação crítica e transformação social. Essa concepção também é retomada pela Carta de Burra (ICOMOS, 1999), ao valorizar a significação cultural dos bens e reforçar a importância do diálogo entre técnicos e comunidades na definição das diretrizes de preservação. As diretrizes internacionais, portanto, não apenas legitimam, mas impulsionam práticas mais inclusivas no campo da educação patrimonial, dialogando diretamente com as diretrizes brasileiras contemporâneas.

As transformações nas políticas culturais brasileiras, especialmente a partir dos anos 2000, revelam uma disputa constante por narrativas e por reconhecimento. A democratização do patrimônio, nesse sentido, não é apenas desejável — é necessária. Autoras como Maria Cecília Londres Fonseca (2003) e Simone Scifoni (2019; 2022) defendem que as ações educativas no campo do patrimônio não podem ser neutras. A educação patrimonial precisa romper com a lógica da “educação bancária” (FREIRE, 1987), em que o técnico detém o saber e o repassa à população. Em vez disso, deve se pautar na dialogicidade, na horizontalidade e na valorização dos saberes locais. Simone Scifoni (2022) propõe uma nova pedagogia do patrimônio que parte da autonomia dos sujeitos, do diálogo radical e da participação social. Esses três pilares sustentam práticas verdadeiramente transformadoras.

Neste contexto, ações educativas vinculadas aos inventários participativos ganham destaque por potencializar processos de mudança. O Manual de Orientações para Inventários Participativos (IPHAN, 2016) estabelece que o inventário não deve ser um fim em si, mas parte de um processo contínuo de mediação, valorização e aprendizado coletivo. O documento orienta que o inventário seja conduzido de forma colaborativa, envolvendo escolas, associações, lideranças locais e diferentes faixas etárias da população, promovendo uma aproximação real entre os saberes técnicos e os saberes populares.

É importante destacar que, embora o IPHAN tenha publicado, em 1999, um Guia Básico de Educação Patrimonial, a concepção ali apresentada ainda refletia uma abordagem instrumental e informativa, focada na transmissão de conhecimentos sobre o patrimônio como forma de sensibilização. A evolução dessa concepção nas décadas seguintes levou à valorização da educação patrimonial como um direito social e um processo crítico, marcado pela escuta e pela construção coletiva do conhecimento (SCIFONI, 2019, p. 17-19).

Como afirmado por Simone Scifoni (2019, p. 17-19), a educação patrimonial deixa de ser “a educação como redentora da preservação ou como necessária para resolver os problemas do patrimônio” e passa a ser compreendida como “o direito de

promover a apropriação social do patrimônio”. O papel principal da educação patrimonial deixa de ser transmitir o conhecimento dos técnicos à população com o intuito de justificar a escolha do que deve ser preservado, e passa a ser a construção de conhecimento horizontal, a partir do diálogo, em que educador e educandos têm seus saberes valorizados. A educação patrimonial passa a ser vista como direito social e deve compor todo o processo de patrimonialização “como estratégia de envolvimento, de interlocução e de participação social das decisões”.

As discussões apresentadas até aqui evidenciam que a educação patrimonial, quando articulada à memória e à participação social, amplia as possibilidades de interpretação e valorização dos bens culturais. No entanto, permanecem algumas questões que orientam as reflexões ao longo deste trabalho: de que forma os inventários participativos, ao promoverem escuta e diálogo, contribuem para transformar a relação dos sujeitos com seus referenciais culturais e com os territórios que habitam? Como esses espaços de mediação podem favorecer a troca de saberes e a negociação de significados entre diferentes atores sociais, sem perder de vista a diversidade de memórias envolvidas? Quais são os limites e potencialidades desses instrumentos enquanto práticas educativas, capazes de articular memória, identidade e cidadania? Essas problematizações, discutidas a partir dos referenciais teóricos, serão retomadas nas análises dos inventários e aprofundadas no debate sobre os desdobramentos desses processos para o projeto, o planejamento e a gestão urbana.

A literatura e as experiências já registradas indicam que o inventário participativo pode ser compreendido simultaneamente como instrumento de preservação e dispositivo educativo. Em vez de apenas registrar a diversidade cultural, ele pode criar oportunidades para fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização da memória coletiva. Como aponta Fonseca (2003, p. 70), ‘a educação patrimonial não pode se limitar a transmitir conteúdos sobre o patrimônio, mas deve problematizá-lo, tensioná-lo, ressignificá-lo à luz das vivências sociais concretas’.

Nesse horizonte, a noção de participação vinculada à educação patrimonial pode ser relacionada à pedagogia crítica de Paulo Freire, compreendida como prática dialógica que visa à emancipação e à transformação social. Fonseca (2003), ao se inspirar em Freire, reforça que a educação patrimonial não deve restringir-se à transmissão de conteúdos, mas precisa se constituir como prática de problematização e reflexão crítica sobre o patrimônio. Essa perspectiva aproxima a prática de inventariar do campo da formação cidadã, na medida em que o diálogo se coloca como método e princípio ético. Miranda (2016; 2022) amplia esse debate ao tratar da mediação cultural como prática de escuta e negociação, na qual mediadores atuam para favorecer o encontro entre saberes locais e políticas públicas. Evidencia-se que a educação patrimonial não é apenas um recurso didático, mas um processo político de construção coletiva de sentidos sobre o patrimônio.

Esse entendimento nos conduz ao conceito de mediação, fundamental nesse contexto. Mais do que facilitar o diálogo, o mediador cultural atua como agente político, promovendo encontros entre mundos distintos, tensionando desigualdades e contribuindo para o fortalecimento da autonomia comunitária. Sonia Rampim (2022, p. 10) destaca que a participação social deve ser garantida desde a concepção até a gestão das ações patrimoniais, e não apenas como etapa consultiva. Eliana Miranda (2016, p. 4), por sua vez, sublinha que o papel do mediador é escutar e interpretar as demandas da comunidade, traduzindo-as em políticas sensíveis às suas especificidades. Para que o trabalho funcione em sua totalidade, é fundamental que as equipes sejam multidisciplinares, pois cada profissional traz sua visão técnica para construir, junto aos agentes detentores do patrimônio — a comunidade —, o conhecimento necessário para montar, da melhor maneira, o inventário de patrimônio cultural.

Essas dimensões dialogam com a crítica de Sharon Zukin (1995), ao denunciar a forma como os processos de valorização simbólica e estética nos centros urbanos, muitas vezes conduzidos sob o pretexto de preservar a cultura, acabam por excluir os próprios grupos que construíram os sentidos atribuídos a esses lugares. Para Sharon Zukin (1995, p. 28), a disputa simbólica pelo espaço é também uma disputa pela legitimidade da memória e da identidade urbana, o que exige que os processos educativos e patrimoniais sejam atentos às relações de poder que atravessam os territórios e às desigualdades que se reproduzem nos discursos de valorização cultural.

As ações educativas, nesse sentido, não apenas acompanham os inventários, mas os sustentam. São elas que constroem as condições para que o patrimônio seja compreendido como direito e como campo de disputas legítimas por representação e memória. Reafirmo a importância de compreender o inventário como prática educativa e política, que só se realiza plenamente quando está ancorado no diálogo, na escuta e na valorização da diversidade.

Assim, este capítulo delineou as bases conceituais para compreender o inventário participativo não como um mero procedimento técnico, mas como uma ferramenta poderosa de educação patrimonial e de construção coletiva de memória. As discussões sobre a natureza da memória, a atribuição de valores e a noção de referência cultural, aliadas à análise das transformações nas políticas patrimoniais brasileiras, permitiu evidenciar como a participação social é crucial para que o patrimônio cultural seja percebido e preservado em sua plena complexidade e dinamismo. A compreensão de que o patrimônio é um campo de disputas e negociações exige que os processos de inventariação sejam sensíveis às múltiplas vozes e aos saberes locais, reconhecendo a dimensão ética e política envolvida na escolha do que deve ser valorizado.

A partir desses fundamentos teóricos e críticos, o próximo capítulo se dedicará à análise aprofundada de duas experiências concretas de inventários participativos no Brasil. Ao examinar o "Inventário Participativo do Minhocão contra a Gentrificação" e o "Inventário Participativo Restauro Estação Ferroviária Campo Grande", buscaremos identificar como os conceitos de memória coletiva, atribuição de valores e educação patrimonial são aplicados na prática, e quais foram os desafios e os desdobramentos de tais iniciativas. Essa transição do plano teórico para a análise permitirá compreender como as metodologias participativas se materializam, revelando o potencial e os limites da participação na construção de um patrimônio cultural mais inclusivo e representativo.

3 - INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS - EXPERIÊNCIAS COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Com o objetivo de identificar, documentar e preservar os bens culturais de uma sociedade, o inventário participativo busca envolver a comunidade na construção de conhecimento sobre seu próprio patrimônio. O presente capítulo apresenta e analisa duas experiências de inventários participativos, com o intuito de mostrar as diferentes realidades e métodos de aplicação, assim como as diversas maneiras que as comunidades se apropriam desse processo de reconhecimento e valorização cultural.

Durante a pesquisa, foram estudadas várias experiências de inventários participativos com o objetivo de compreender a diversidade de abordagens. Contudo, muitas dessas iniciativas representavam uma aplicação padronizada da metodologia proposta pelo IPHAN, com pouca atenção às especificidades do público-alvo ou à necessidade de estratégias diferenciadas. Considerando que a própria publicação do IPHAN destaca a importância da adaptação metodológica, entendeu-se que a simples reprodução de um roteiro técnico não seria enriquecedora para os objetivos deste trabalho. Assim, das 16 experiências inicialmente estudadas, 10 foram descartadas.

Para a definição dos estudos de caso que seriam aprofundados, foram utilizados critérios específicos. Após a decisão de focar em experiências com público adulto, foram excluídas aquelas desenvolvidas exclusivamente em escolas de ensino básico. Também foram descartados os inventários que não partiram de territórios concretos. No contexto de um programa de mestrado em arquitetura, optou-se por selecionar inventários participativos que trabalharam com elementos do ambiente construído e da paisagem urbana, considerando que, mesmo o patrimônio imaterial, necessita de uma ancoragem material — como edificações, praças ou espaços públicos — para se manifestar e ser reconhecido.

Com isso, foram eliminados os inventários que identificaram apenas objetos como bens culturais. Por fim, priorizaram-se experiências marcadamente educativas, que desenvolveram ferramentas específicas para o público e a realidade trabalhados, apostando na construção coletiva do conhecimento e no fortalecimento da autonomia das comunidades envolvidas.

Os trabalhos selecionados — o Inventário Participativo do Projeto de Restauro da Estação Ferroviária de Campo Grande e o Inventário Participativo do Minhocão contra a Gentrificação — foram elaborados a partir da metodologia proposta pelo IPHAN, cada um com suas particularidades, motivações e estratégias. Ambos foram construídos com forte caráter propositivo e mobilizador, dialogando com pautas sociais e urbanas urgentes. Como discutido na introdução desta dissertação, esses dois inventários foram escolhidos por se inserirem em processos mais amplos de

disputa de narrativas e construção de memória, além de apresentarem potenciais desdobramentos como subsídio para políticas públicas, planos urbanos e projetos comprometidos com os modos de vida locais.

A análise dos inventários participativos do Minhocão e da Estação Ferroviária de Campo Grande evidencia, na prática, o que Souza (2006, p. 172) aponta sobre o espaço urbano como território de disputas simbólicas. No caso do Minhocão, os conflitos se manifestaram entre propostas oficiais de requalificação do elevado e as reivindicações dos coletivos locais pela preservação de seus modos de vida, festas, encontros e ocupações culturais. Já em Campo Grande, os embates se deram em torno da valorização da memória ferroviária e dos bens relacionados às práticas cotidianas frente à pressão de empreendimentos imobiliários e transformações no uso do solo. Assim, os inventários participativos se revelam como arenas de negociação, em que diferentes grupos disputam quais narrativas, memórias e práticas são legitimadas como referências culturais.

Nesse contexto, este capítulo dedica-se à análise das experiências de inventários participativos selecionadas para esta pesquisa. Serão examinadas tanto as metodologias aplicadas em cada caso quanto os resultados obtidos, buscando compreender como esses processos foram conduzidos e quais impactos geraram no reconhecimento e na valorização do patrimônio cultural. A partir da imersão nos estudos de caso, busca-se não apenas descrever as práticas adotadas, mas também problematizar seus desdobramentos e limites, com o intuito de extrair reflexões sobre a eficácia e os desafios dos inventários participativos como instrumentos de gestão urbana e de valorização do patrimônio.

3.1 Inventário Participativo do Minhocão contra a gentrificação - São Paulo/SP, 2019

Inaugurado em 1971, o Elevado Presidente João Goulart (originalmente chamado Elevado Presidente Costa e Silva) foi alvo de diversas tentativas de desativação e transformação em parques ao longo dos anos. O elevado teve seu trânsito desativado para veículos durante as noites a partir de 1989 e desde 2015 tem seu trânsito motorizado interrompido aos fins de semana (das 15h de sábado até as 06:30 de segunda), momento em que é ocupado por pedestres a passeio e para praticar exercícios (Fonte: CET - Prefeitura de São Paulo²).

É possível encontrar na internet diversas manifestações sobre a utilização do viaduto como forma de lazer e esporte. Na página de avaliações do tripadvisor, por

² reportagem disponível no link: <https://www.cetsp.com.br/consultas/seguranca-e-mobilidade/elevado-presidente-joao-goulart>

exemplo, em junho de 2016 um visitante classificou o ambiente como “Para turistas e pessoas saudáveis”. Por outro lado, a proximidade com os edifícios no entorno da via também é notada: “você passeia muito perto das janelas dos prédios na beira do elevado e alguns edifícios são muito antigos e bonitos”. Justamente esta proximidade com os edifícios (figura 02) lindeiros foi o motivo pelo qual a área de entorno do Minhocão passou por um processo de desvalorização em função do trânsito intenso.



Figura 02: Minhocão no início dos anos 1970. Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/propagandas-do-minhocao/>

Para tentar minimizar este impacto, o Plano Diretor Estratégico de 2014, vigente a partir de 2016, determina que o elevado seria demolido ou desativado para a criação de um parque. Esse plano, que foi premiado pela ONU-Habitat em 2017, define zoneamento, eixos urbanos de verticalização e expansão urbana a partir do transporte coletivo e outras estratégias para organização e melhora na qualidade de vida da população paulistana. Fica definido no artigo 375, parágrafo único, do PDE (São Paulo, 2014) que deverá ser elaborada lei municipal específica para determinar a gradual desativação do Elevado.

Em fevereiro de 2018 foi sancionada a lei 16.833/2018 definindo a transformação gradual do elevado no chamado Parque Minhocão. O texto define que haverá “gestão democrática e participativa, nos termos da legislação em vigor, das etapas de elaboração, implantação, execução e avaliação do PIU, escutado o Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU”, que a escolha por transformar o Elevado total ou parcialmente em parque será através de participação social e

definições de cunho técnico, levando em consideração a população atual que habita aquele espaço. Cita também a contenção da valorização imobiliária na região. (São Paulo, 2018)

Esta lei foi considerada inconstitucional pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) em maio de 2021 pois, segundo o desembargador, a decisão entre desativar ou demolir o elevado deveria ser do poder executivo com ações de participação social, e nenhuma das duas foi efetivada: a decisão veio do poder legislativo sem a participação da população envolvida (Henriques, 2024).

Para a instalação do Parque Minhocão (figura 03) foi adotado o projeto arquitetônico desenvolvido pelo escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados, doado à Prefeitura em maio de 2017 (Prefeitura de São Paulo, 2017). A proposta contempla a criação de um trecho de 900 metros, entre a Praça Roosevelt e o Largo do Arouche, com 17 500 m² de jardim e infraestrutura modular como floreiras e decks pré-fabricados, em estrutura dividida em fases de implantação: acessibilidade e segurança; implantação de vegetação e decks; e áreas para uso cultural e lazer (Revista Casa e Jardim, 2019). O projeto incorpora conceitos de flexibilidade espacial e uso temporário, inspirados em precedentes urbanos com conceitos similares³ (Prefeitura de São Paulo, 2017). A proposição do parque não envolveu participação da população em sua elaboração. Somente em maio de 2019 foi aberta uma consulta pública de 30 dias para sugestões de ajustes, bem como audiências públicas, mas estas ocorreram tardiamente e serviram apenas para revisar uma proposta já consolidada, não para construí-la de forma colaborativa (Jornal do Brasil, 2019; Prefeitura de São Paulo, 2019).

³ Entre as referências urbanísticas que inspiraram a concepção do Parque Minhocão estão três projetos internacionais: o High Line, em Nova York, inaugurado em 2009, concebido pelos escritórios James Corner Field Operations, Diller Scofidio + Renfro e pelo paisagista Piet Oudolf; a Promenade Plantée, em Paris, inaugurada em 1993, projetada por Jacques Vergely e Philippe Mathieux; e o Cheonggyecheon, em Seul, concluído em 2005, liderado pelo escritório SeoAhn Total Landscape e desenvolvido com apoio técnico de equipes de engenharia locais.



Figura 03: Projeto Parque Minhocão, 2017 - Jaime Lerner Arquitetos Associados/Divulgação

Não houve avanços significativos na implementação oficial do Parque Minhocão até o momento. No entanto, a população continua utilizando o espaço para atividades de lazer, esporte e cultura nos momentos em que o Elevado está fechado para trânsito motorizado, conforme Figura 04.



Figura 04: Atividade ao ar livre. Coletivo Skate para Elas, 2025. Fonte: https://www.instagram.com/p/DEkfKI2OYeZ/?img_index=7 Acesso em: 02/04/2025

O Inventário Participativo do Minhocão está inserido em um contexto de luta social. Foi idealizado por dois grupos culturais: Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) – coletivo educador, e Movimento Baixo Centro.

A Repep é um coletivo de educadores que busca repensar conceitos e práticas educativas na área de cultura, memória social e patrimônio. Surgiu em 2012 e reúne profissionais de diferentes áreas de atuação. O Movimento Baixo Centro atua na área central da cidade de São Paulo em busca da ocupação criativa dos espaços públicos, visando tensionar as políticas públicas para a região (Scifoni, 2019, p.6).

De acordo com o informado por uma das coordenadoras do trabalho, Mariana Kimie Nito, em conversa virtual ocorrida em dezembro de 2022, a demanda chegou até a REPEP através do Movimento, ou seja: foi um trabalho que surgiu a partir da comunidade local.

O “Inventário Participativo do Minhocão contra gentrificação” (com dossiê publicado em 2019) foi concebido como resposta à invisibilização dos modos de vida locais. A iniciativa não parte do poder público, mas de articulações protagonizadas por

coletivos de moradores, movimentos sociais, pesquisadores e profissionais críticos à lógica hegemônica de intervenção urbana, com destaque para a REPEP, coletivo que coordena e articula ações voltadas à valorização de saberes e práticas locais na cidade de São Paulo. No caso do Minhocão, o Grupo de Trabalho Baixo Centro da REPEP assumiu a liderança do processo, em diálogo com outros atores presentes no território e com forte atuação na defesa do direito à cidade e na resistência à gentrificação (REPEP, 2019, p. 13–16).

O Movimento Baixo Centro, identificado como articulador central do inventário, emergiu como uma força inovadora na reapropriação simbólica da região central de São Paulo. Segundo descrição do Ateliê397, o movimento se estruturou originalmente por meio de um mapeamento cultural espontâneo, realizado a partir da Casa da Cultura Digital, com o objetivo de conectar coletivos fragmentados e promover iniciativas autônomas e horizontais de ocupação do espaço público ([Ateliê397](https://ateli397.com)⁴). Essa atuação deu origem ao Festival Baixo Centro, organizado de forma colaborativa, autofinanciado via financiamento coletivo e construído junto a coletivos culturais da cidade, materializando uma forma de participação que ativou o território e disputou narrativas sobre seus usos. Essa experiência mostra como os movimentos sociais ampliaram o alcance do inventário, transformando-o não apenas em um instrumento de registro, mas em um espaço de mobilização política e valorização de modos de vida invisibilizados.

Essa mobilização social em torno do inventário conecta-se diretamente à discussão sobre patrimônio, participação e direito à cidade, pois evidencia que o registro de referências culturais envolve disputas por quais memórias, práticas e modos de vida são legitimados. Inspirando-se na perspectiva de Lefebvre (2001), o direito à cidade não se restringe ao acesso físico aos espaços, mas envolve a possibilidade de intervir, ressignificar e atribuir novos valores ao território. Sob esse olhar, os inventários participativos se configuram como arenas de negociação simbólica, onde grupos historicamente invisibilizados encontram espaço para afirmar seus vínculos com o lugar e reivindicar o reconhecimento de suas referências culturais. A escolha do que registrar como patrimônio passa, portanto, por processos de seleção e exclusão, revelando disputas sobre quem tem voz, quais práticas são legitimadas e quais narrativas permanecem à margem.

A diversidade de atores envolvidos na construção do inventário refletiu diretamente na composição de sua equipe técnica, que foi organizada de forma multidisciplinar, reunindo arquitetos e urbanistas, geógrafos, antropólogos, comunicadores, artistas e juristas. Essa pluralidade de formações e vivências permitiu uma abordagem mais sensível e complexa do território, ampliando as possibilidades

⁴ <https://ateli397.com/baixo-centro>

de leitura, registro e interpretação dos bens culturais identificados. Como relatado pela arquiteta Mariana Nito, entrevistada para esta pesquisa, o papel dos profissionais técnicos foi pensado não como o de especialistas detentores do saber, mas como mediadores atentos e comprometidos com a escuta e a construção coletiva (NITO, 2024).

Para a realização do inventário, a equipe adotou métodos e instrumentos de pesquisa que buscaram articular referências do Manual do Inventário Participativo com práticas adaptadas à realidade local. Entre as etapas de formação da equipe de trabalho, foi realizada uma dinâmica com cartões para construir o conhecimento acerca de conceitos chave como 'referências culturais' e as possíveis categorias dos bens inventariados (imagem 5). Uma das principais ferramentas utilizadas foi a "Mandala das Referências Culturais", desenvolvida no âmbito do programa Inventários Participativos do IPHAN e apropriada de forma crítica e adaptada pelo coletivo REPEP. Executada em espaço público, a mandala se constituiu como um dispositivo visual e interativo que permitia às pessoas participantes mapearem, de forma simbólica e colaborativa, suas referências afetivas, práticas culturais, memórias e relações com o território (REPEP, 2019, p. 13). Essa combinação de estratégias permitiu registrar não apenas os bens, mas também os sentidos atribuídos a eles pelos diferentes grupos sociais, evidenciando a importância da escuta e da negociação na definição das referências culturais.



Figura 05: Realização da dinâmica dos cartões durante a formação de pesquisadores. Fonte: REPEP, 2019, p.21.

A mandala funcionava como uma espécie de diagrama em que se organizavam diferentes camadas de informação: lugares significativos, histórias pessoais, conflitos

urbanos, desejos de futuro, entre outros (imagem 06). Sua execução em local aberto — como praças, calçadas e áreas próximas ao Minhocão — permitiu o cruzamento de múltiplas trajetórias e olhares, alcançando um público diverso que nem sempre participaria de eventos mais formais. Essa estratégia garantiu uma importante diversidade de vozes no processo e reforçou o caráter de ocupação política do espaço urbano.



À esquerda, conjunto de referências à escolha dos participantes e à direita, a estrutura da mandala. Foto: Simone Scifoni, 2017.

Figura 06: Mandala de referências culturais. Fonte: Dossiê do Inventário Participativo do Minhocão contra gentrificação. REPEP, 2019

As atividades se desdobraram ainda em caminhadas exploratórias, rodas de conversa, oficinas abertas, mapeamentos afetivos e coletas de histórias orais — com destaque para a multiplicidade de situações em que se buscou atravessar a maior variedade possível de sujeitos. Houve também atuação em eventos diversos da cidade, justamente para acessar públicos menos mobilizados e ampliar o alcance da proposta. Um dos desafios centrais, segundo o relato da equipe, foi definir critérios de escuta e recorte do público participante, equilibrando a abertura e a diversidade com a necessidade de aprofundamento das discussões e coerência metodológica (REPEP, 2019, p. 14). Essas práticas não se limitaram à dimensão metodológica, mas se refletem diretamente nos resultados discutidos neste trabalho, seja na diversidade de categorias inventariadas, nos valores atribuídos pela comunidade ou nas narrativas orais incorporadas às análises.

Um aspecto central desse processo foi a definição do público participante. O dossiê do inventário demonstra que houve um recorte consciente voltado à escuta de grupos sociais com vulnerabilidade diante do processo de gentrificação, como moradores de habitações precárias, trabalhadores informais, imigrantes e frequentadores cotidianos do espaço. Essa escolha metodológica não se baseou em

critérios meramente estatísticos, mas sim em uma leitura crítica das dinâmicas de exclusão territorial e simbólica. Trata-se, portanto, de um público constituído por sujeitos diretamente afetados pelas transformações urbanas em curso e que compartilham laços de pertencimento e resistência em relação ao território (REPEP, 2019, p. 15).

Essa aproximação se conecta ao conceito de "próximos", desenvolvido por Paul Ricoeur (2007), que se refere àqueles com quem estabelecemos vínculos éticos e relacionais mais diretos. No contexto do inventário, a escuta dos "próximos" se expressa na valorização dos saberes situados, das memórias compartilhadas e das formas cotidianas de uso do espaço, criando um campo de interlocução potente entre técnicos e comunidade.

Os instrumentos técnicos, como questionários e fichas de inventário, foram elaborados coletivamente, com linguagem acessível e estrutura adaptada às necessidades apontadas pelos participantes ao longo do processo. As categorias de análise, como "lugares de afeto", "espaços de resistência" e "referências de memória", emergiram diretamente das falas das pessoas envolvidas, consolidando a centralidade do saber local na construção do inventário (REPEP, 2019, p. 16).

A atuação técnica, nesse contexto, ganha contornos ético-políticos e epistemológicos. O conhecimento profissional não se sobrepôs ao saber da comunidade, mas se colocou em diálogo com ele, construindo mediações capazes de traduzir afetos, memórias e vínculos em registros patrimoniais. A equipe técnica, incluindo arquitetos e urbanistas, teve papel fundamental tanto na problematização dos elementos da paisagem e dos valores atribuídos quanto na construção coletiva das categorias de análise e dos instrumentos de registro. Essa atuação se deu por meio de interlocução direta e contínua com o público participante, com destaque para os momentos de escuta ativa, construção da mandala de referências culturais e adaptação das metodologias aos contextos locais.

Os profissionais atuaram como facilitadores de processos críticos e colaborativos, auxiliando na articulação entre os relatos orais, os usos do espaço e os sentidos atribuídos ao território, sempre pautados pela escuta ética e pela valorização do saber situado. Esse processo remete à proposta de "pedagogia urbana" de Marcelo Lopes de Souza (2006, p. 266), em que o educador-planejador atua como mediador e catalisador de processos de apropriação crítica do território.

Ao longo do processo, elementos da paisagem até então invisibilizados nos discursos oficiais passaram a ser ressignificados: grafites com narrativas locais, pequenos comércios de resistência, escadarias usadas como pontos de encontro, árvores marcadas por vivências afetivas (REPEP, 2019, p. 15). A catalogação desses

elementos em fichas patrimoniais não apenas deu visibilidade a esses espaços, mas também os fortaleceu como referências de luta, memória e pertencimento diante de intervenções que ameaçam sua continuidade.

A participação da comunidade foi intensa e contínua, estendendo-se para além das atividades pontuais. A equipe técnica participou de festas populares, visitou residências, compartilhou refeições e acompanhou o dia a dia da vizinhança, construindo vínculos de confiança essenciais para a profundidade do processo (NITO, 2024). Essa imersão permitiu uma compreensão mais sensível das dinâmicas locais, contribuindo para que o inventário refletisse, de fato, as experiências e os desejos dos moradores.

Ao final do processo, o dossiê do inventário foi entregue à Secretaria Municipal de Cultura como forma de reivindicação e visibilização das demandas locais. Embora não tenha caráter normativo, o documento passou a circular como referência entre coletivos e movimentos sociais engajados na disputa pelo futuro do elevado, reforçando seu valor como instrumento político e pedagógico de resistência (REPEP, 2019, p. 25).

A tradução dos relatos, das memórias e dos afetos em linguagem técnica implicou desafios importantes, especialmente no esforço de não apagar as singularidades das histórias contadas. Esse trabalho exigiu sensibilidade e compromisso ético dos profissionais, que atuaram como mediadores entre o campo técnico e o universo simbólico dos moradores. O processo demonstrou, assim, a potência dos inventários participativos como forma de disputar o sentido do patrimônio cultural — deslocando-o da esfera monumental e institucional para o campo da experiência vivida (SOUZA, 2006, p. 169).

Para a arquitetura e o urbanismo, os aprendizados dessa experiência são significativos. O inventário se coloca como subsídio importante para práticas projetuais mais enraizadas e comprometidas com a justiça espacial. A partir da escuta e do reconhecimento dos modos de vida locais, torna-se possível pensar intervenções mais sensíveis e coerentes com as realidades dos territórios. Como destacou Mariana Nito, a noção de “público participante” — e não apenas “público-alvo” — transforma radicalmente a relação entre planejamento, projeto e sociedade (NITO, 2024).

A experiência do Minhocão evidencia que os inventários participativos podem contribuir de forma decisiva para a democratização da produção da cidade. Como afirma Marcelo Lopes de Souza (2006, p.186-187), ao reconhecer a pluralidade de saberes, as múltiplas formas de pertencimento e as diversas narrativas que coexistem no espaço urbano, esses processos ampliam o escopo das políticas patrimoniais e fortalecem as lutas por permanência e reconhecimento.

Dessa forma, o inventário “Minhocão Contra a Gentrificação” reafirma a potência dos processos participativos como dispositivos de produção de conhecimento e de transformação das relações com o espaço urbano. Ao construir instrumentos de identificação cujos resultados deveriam ser reconhecidos como subsídios para estratégias de planejamento a partir da escuta e da valorização das experiências vividas, essa experiência aponta para um caminho de projeto comprometido com os direitos, a memória e o pertencimento das comunidades. O debate gerado por essa iniciativa evidencia as diferentes visões de cidade que estão em disputa, reforçando a posição defendida neste trabalho de que o patrimônio cultural deve ser uma das diretrizes fundamentais na construção da cidade que se deseja. Ações de inventário e reconhecimento de valores são, portanto, essenciais para pensar o projeto arquitetônico e urbanístico, de modo a garantir que a história, a memória e a identidade das comunidades estejam integradas ao planejamento urbano.

No caso do Minhocão, os valores atribuídos pelos participantes do inventário participativo refletem uma relação profundamente afetiva, política e territorial com o elevado e seu entorno. Ao contrário de uma abordagem que reconheceria o elevado apenas como uma “ferida urbana” ou “problema de mobilidade”, os sujeitos do inventário mobilizam uma outra gramática de valor, que passa pela ocupação popular, pelo ativismo urbano e pela cultura do centro.

Como apontam as falas reunidas no dossiê e na entrevista com a arquiteta Mariana Nito (2019), os moradores e frequentadores do entorno atribuem valor ao Minhocão como espaço de encontro, resistência e reexistência. A experiência cotidiana com o território — seja nas calçadas, nos comércios, nos muros grafitados ou nas ações culturais — fundamenta a noção de patrimônio. É uma relação construída não com o viaduto enquanto obra de engenharia, mas com seus usos, contradições e potências urbanas.

Nesse sentido, o inventário evidencia a força dos valores de uso, afetivos e simbólicos, que muitas vezes são invisibilizados pelas lógicas tradicionais de patrimonialização. Como destaca Ulpiano Meneses (2007, p. 40), o patrimônio não é um dado objetivo, mas “o resultado de processos sociais nos quais se constroem significados, se travam disputas e se legitimam escolhas sobre o passado e o presente”. O Minhocão torna-se, assim, um campo de disputa entre um urbanismo tecnocrático e uma prática cidadã de reapropriação do espaço.

As falas registradas no inventário reforçam a centralidade do Minhocão nas trajetórias urbanas dos participantes. José Armênio de Brito Cruz, ao comentar sobre a relevância do entorno do elevado, afirma: “o prédio do IAB e sua inserção na região têm papel estratégico para apoiar os artistas e movimentos culturais que enfrentam a

pressão imobiliária e a ameaça de expulsão” (REPEP, 2019, p. 294). Em outra ficha, uma moradora relata a importância das redes de solidariedade construídas no território: “foi graças ao sindicato e ao apoio coletivo que muitos artistas conseguiram sobreviver e manter seus espaços” (p. 255). Essas falas evidenciam que o inventário não apenas registra bens e referências, mas também documenta relações de pertencimento e estratégias de resistência que transformam o Minhocão em um marco simbólico e político para quem vive, cria e circula na região.

Outro valor recorrente é o valor de luta. O inventário foi elaborado por um grupo que questiona os modos pelos quais o projeto de transformação do Minhocão em parque linear vem sendo conduzido — sem considerar os usos populares, as vidas que já habitam e produzem o entorno e os riscos de gentrificação e expulsão. A crítica, portanto, não se volta contra a proposta do parque em si, mas contra uma lógica de intervenção urbana que ignora a diversidade e a complexidade social do território. Nesse contexto, patrimonializar o Minhocão significa afirmar sua condição de espaço popular, vivo, múltiplo — e não convertê-lo em um enclave de lazer padronizado. Aqui, a patrimonialização se aproxima da militância política, o que Meneses (2007, p. 43) reconhece como um dos aspectos centrais do campo patrimonial: “um campo de negociação e embate, em que se definem os sentidos do que vale a pena preservar”.

Esse posicionamento crítico também se reflete no tipo de bens selecionados: além do próprio Minhocão, foram registrados grafites, grupos culturais, feiras, moradores em situação de rua, bares, brechós, ocupações artísticas, entre outros. A escolha dos bens revela uma noção de patrimônio contra canônica, como propõe Laurajane Smith (2006), no sentido de um patrimônio que se constrói na prática, na rua, no improviso e na contramão dos modelos oficiais.

Nesse ponto, é importante destacar que os valores atribuídos não são homogêneos: há tensões internas ao grupo e diferentes perspectivas sobre o que deve ou não ser reconhecido. Isso corrobora a ideia de Meneses de que o patrimônio é sempre um campo instável e negociado. Como Choay (2001) observa, a memória patrimonial não é pura ou consensual — ela é disputada, reinterpretada e, muitas vezes, estrategicamente reivindicada para fortalecer projetos de futuro.

Por fim, o inventário participativo funciona como uma forma de insurgência epistêmica: ao permitir que os sujeitos locais nomeiem o que consideram patrimônio, ele desestabiliza as formas hegemônicas de reconhecimento cultural. A valorização do Minhocão como espaço de conflito e criação coletiva é, nesse contexto, uma forma de resistência urbana e de produção de cidadania.

A categorização dos bens no Inventário Participativo do Minhocão segue as diretrizes metodológicas propostas pelo Manual de Aplicação dos Inventários

Participativos do IPHAN, que por sua vez se baseia nos referenciais do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. As categorias — celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e objetos — não são estanques, mas instrumentos de organização dos registros com base na lógica relacional dos sujeitos com o território e suas práticas culturais. Seu uso, neste caso, revela um esforço não apenas de sistematização, mas de reconhecimento da multiplicidade de formas de vida e produção de sentidos que se manifestam na área central de São Paulo, sob e em torno do elevado João Goulart, o Minhocão.

A categoria celebrações contempla práticas coletivas que desempenham papel fundamental na produção de sociabilidade e pertencimento. No Minhocão, o inventário registra quatro referências sob esta categoria: o Festival Baixo Centro (imagem 07), as festas e encontros de rua, o Carnaval de Rua e o Dairá Baifá. Essas práticas, organizadas por coletivos, moradores e artistas independentes, revelam o caráter político e afetivo das celebrações, ao ocupar o espaço público com música, arte, performances e encontros comunitários, reafirmando a apropriação cidadã do território. Ao incorporá-las, o inventário aproxima-se da noção de “patrimônio em ação”, compreendendo as celebrações não como eventos isolados, mas como práticas vivas e situadas de produção de sentido.



Imagem 07: Pessoas se divertindo, praticando yoga e descansando durante o Festival Baixo Centro.
Foto: Bruno Fernandes, 2012. REPEP, 2019.

Na categoria formas de expressão, o inventário destaca especificamente os lambe-lambes como linguagem visual recorrente no entorno do Minhocão. Esses elementos se manifestam em muros, tapumes e superfícies do viaduto, com mensagens poéticas, políticas e afetivas. O reconhecimento dos lambe-lambes como patrimônio cultural evidencia uma valorização das linguagens urbanas efêmeras e engajadas, conectando-se à proposta de Choay (2001, p. 142) sobre a incorporação das expressões contemporâneas na noção de patrimônio.

A categoria saberes é representada pelos conhecimentos mobilizados nas práticas de articulação comunitária e ativismo urbano. O inventário lista como referência os “saberes compartilhados pelos articuladores do inventário participativo”, evidenciando a valorização do conhecimento produzido na prática de mapeamento e mobilização social. São saberes populares que questionam as hierarquias do conhecimento, situados na vivência do território e nas estratégias de resistência. A centralidade dada a esses saberes aproxima-se das perspectivas de Meneses (2007) e Smith (2006), que destacam o papel político do patrimônio como prática social.

A categoria lugares reúne referências afetivas e simbólicas que integram o cotidiano do território. Entre os lugares reconhecidos no inventário estão: o espaço sob o Minhocão (utilizado para atividades culturais e convivência), a quadra de esportes sob o viaduto, a horta comunitária, a Feira de Trocas do Baixo Centro e o conjunto dos percursos afetivos realizados durante o processo de inventário. Esses lugares não são reconhecidos por atributos formais, mas por sua centralidade na vivência e na memória coletiva dos moradores e frequentadores. Como discute Ricoeur (2007), são espaços de experiências compartilhadas, cuja patrimonialização reafirma os vínculos sociais e identitários.

Na categoria edificações, foram inventariados imóveis de valor simbólico e histórico para os coletivos atuantes na região. A escolha dessas edificações revela um olhar que articula arquitetura, memória e política urbana, evidenciando disputas territoriais e apagamentos históricos. Conforme propõe Montaner (2022), reconhecer edificações não monumentais como referências culturais amplia o campo da arquitetura patrimonializada, inserindo nela os espaços da resistência e da produção cultural autônoma. Destaca-se o prédio do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), localizado na Rua Bento Freitas. Para além de seu valor arquitetônico, o edifício foi mencionado nas fichas como um importante espaço de articulação política e cultural, onde se organizaram debates, exposições e encontros relacionados à defesa do território e à valorização da produção artística independente. Como registra José Armênio de Brito Cruz, então presidente do IAB-SP, “a presença do Instituto na região

contribuiu para dar visibilidade às demandas locais e oferecer apoio aos grupos culturais que lutam pela permanência de suas atividades” (REPEP, 2019, p. 295).

Por fim, a categoria objetos inclui apenas um item inventariado: as “folhinhas” (Imagem 08), pequenos papéis associados à prática do pixo e às redes de sociabilidade construídas por meio dela. Esses materiais, que circulam entre os grupos, registram assinaturas, marcas e tags, funcionando como suportes simbólicos que guardam memórias e identidades coletivas. Sua inclusão no inventário evidencia o reconhecimento de práticas culturais marginalizadas e reforça a importância de considerar elementos materiais aparentemente simples, mas carregados de significados sociais, históricos e afetivos.



Imagem 08: Folhinha com assinaturas das pixações BRONKS, O T I M I S M O , BITUCAS E MOBY rod. Fonte: Ungaretti, 2013, p.79. apud REPEP, 2019

A análise geral das categorias evidencia um inventário comprometido com uma abordagem crítica e inclusiva do patrimônio cultural. As categorias funcionam como dispositivos de escuta e de visibilização dos sentidos construídos coletivamente sobre o território. Em vez de classificações estanques, elas operam como campos abertos de interpretação, revelando as múltiplas camadas de valor que atravessam o Minhocão. O inventário se mostra, portanto, como um instrumento de resistência às lógicas excludentes do urbanismo hegemônico e como uma ferramenta de reivindicação de direitos urbanos.

A partir das categorias analisadas, é possível compreender o patrimônio não como conjunto de bens do passado a serem preservados, mas como campo de disputas simbólicas no presente, no qual se constroem sentidos, se afirmam identidades e se reivindicam formas de existência. O caso do Minhocão ilustra com clareza a potência dos inventários participativos como práticas de valorização dos territórios populares, de reconhecimento das epistemologias urbanas insurgentes e de democratização das políticas patrimoniais. Em consonância com os referenciais teóricos discutidos nos capítulos anteriores, este inventário reafirma o patrimônio como espaço relacional e político, em constante negociação.

A estrutura das fichas do Inventário Participativo do Minhocão reflete uma proposta metodológica centrada na escuta e no reconhecimento das práticas culturais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos com o território. As fichas seguem o modelo sugerido pelo IPHAN nos Inventários Participativos, sendo compostas por campos como identificação da referência cultural, descrição da prática ou bem, categoria a que pertence, relação com o território, importância atribuída, e fontes de informação.

O preenchimento dessas fichas foi realizado por integrantes do grupo articulador a partir da coleta de dados em campo, oficinas participativas, observações diretas e trocas com moradores e coletivos atuantes na região. Tal como orientado pelo Manual de Aplicação dos Inventários Participativos, a metodologia adotada visa priorizar o olhar da comunidade sobre suas referências, valorizando os vínculos afetivos e simbólicos em detrimento de critérios exclusivamente técnicos ou normativos.

As descrições presentes nas fichas são marcadas por uma linguagem acessível, relacional e situada, conforme demonstrado na imagem 10 que traz um exemplo de ficha preenchida. Elas não se prendem à formalidade acadêmica ou institucional, mas investem em uma narrativa sensível que destaca o uso cotidiano, a memória compartilhada, os conflitos urbanos e os sentidos construídos no presente. Essa escolha linguística está em consonância com a proposta de Meneses (2007), para quem o campo do patrimônio deve acolher múltiplas vozes e formas de expressão, reconhecendo o saber local como componente legítimo da política patrimonial. Esse caráter inclusivo das fichas também aproxima o inventário de práticas de educação patrimonial, ao promover processos formativos que envolvem a escuta, o diálogo e a construção coletiva de sentidos sobre o território. Essa perspectiva está em consonância com autores como Chuva (Motta e Silva, 1998, p. 76), que compreendem a educação patrimonial como prática crítica e cidadã, voltada à problematização do território e à valorização das experiências culturais construídas coletivamente.

11.8. Edifício da Escola da Cidade

Identificação

Número legenda no mapa **43**

Imagem



Parte da fachada do prédio da Escola da Cidade. Foto: Facebook/ Marina Dahmer Bagnati, 2016.

O que é

Dois antigos prédios residenciais, projetados pelo arquiteto Oswaldo Bratke na década de 1940, que por possuírem o pé direito (altura dos apartamentos) igual, possibilitaram a integração de ambos em um espaço único para abrigar o novo uso como Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que possui proposta de ensino articulado com a vivência direta com a cidade.

Sua edificação marca presença na paisagem também por meio de seu posicionamento cultural e político na promoção de seminários e festas abertas, aulas públicas, atividade socioculturais e protestos (como faixas em sua fachada).

Onde está

Rua General Jardim, 65, Vila Buarque.

Informações complementares

O trecho a seguir, retirado do site da Escola da Cidade exemplifica a importância do edifício, não necessariamente pela qualidade da arquitetura ou pela linguagem ou técnica, mas pela opção de localização no centro da cidade.

Localizada no centro de São Paulo, a Escola da Cidade propicia aos seus alunos o contato diário com a complexidade da metrópole brasileira e seus problemas sociais e urbanos. Além disso, a região é cercada por diversos edifícios que contam a história da arquitetura brasileira – do colonial ao modernismo. O futuro dos jovens arquitetos também foi pensando com a eleição do endereço. O Centro abriga a sede nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e centenas de escritórios de arquitetura. Numa região que respira arquitetura, a colocação profissional dos estudantes é facilitada. (Fonte: <http://www.escoladacidade.org/escola-da-cidade/nucleo-escola-2/>. Acessado em 12/01/2018)

A partir da demolição das paredes internas de dois antigos edifícios residenciais transformaram o espaço interno dos prédios em sala de aula e amplos estúdios para desenho e projeto dos estudantes da faculdade. Estas transformações e reformas foram feitas aos poucos, andar por andar, adequando-se ao crescimento dos alunos e ao volume de investimentos. Iniciando suas atividades em 2002, a faculdade de Arquitetura e Urbanismo Escola da Cidade traz ao centro não só o fluxo de estudantes e professores, mas também uma outra proposta de espaço educativo que é complementado pelos diferentes lugares existentes na cidade. É dizer, o "refeitório" da faculdade são as lanchonetes e bares do centro da cidade, bem como a papelaria, o auditório, etc. Portanto, faz parte de um ideário no qual a convivência social entre os diferentes lugares é feito em um sistema de redes interdependentes. A faculdade é mantida pela Associação Escola da Cidade, associação sem fins lucrativos, de professores- arquitetos que buscam maior

Ficha Edificações

Ficha Edificações

Imagem 10: Duas primeiras páginas da ficha do Edifício da Escola da Cidade, categoria Edificações. REPEP, 2019

A centralidade da dimensão política também se expressa na ênfase atribuída às relações de pertencimento, à resistência frente à gentrificação, e à defesa do direito à cidade. A estrutura das fichas permite que o processo de inventariação funcione não apenas como um levantamento técnico, mas como um ato político-pedagógico, por meio do qual os sujeitos são chamados a refletir sobre seus vínculos com o território e a construir novas formas de reconhecimento público de suas práticas.

Além disso, observa-se que as fichas não se limitam a registrar o bem ou prática em si, mas frequentemente abordam o contexto urbano em que se inserem, as ameaças que enfrentam e as potencialidades que oferecem. Essa abordagem sistêmica amplia o escopo tradicional do inventário e o aproxima das preocupações com o planejamento urbano e os projetos de requalificação em disputa. O inventário, assim, se torna um instrumento estratégico para a construção de outras visões de cidade, em diálogo com o urbanismo crítico proposto por Montaner (2022).

Vale destacar que a estrutura das fichas do Minhocão se articula diretamente com a proposta de patrimônio como prática social defendida por Laurajane Smith (2006). Ao reconhecer os processos de mobilização, os afetos, os conflitos e os

saberes locais como elementos constitutivos do patrimônio, as fichas superam o paradigma monumental e incorporam uma abordagem horizontal, inclusiva e situada.

Essa articulação entre referências culturais, saberes locais e formas de resistência urbana configura um campo fértil para subsidiar políticas públicas e projetos urbanos comprometidos com a escuta das comunidades e a valorização da diversidade sociocultural. No caso do Minhocão, as práticas inventariadas apontam para uma reconfiguração do modo como se pensa e se projeta a cidade: não a partir da tabula rasa ou da imposição de modelos hegemônicos de requalificação, mas a partir das experiências urbanas cotidianas, das práticas culturais de base comunitária e dos vínculos afetivos com o território. As referências mapeadas — da horta comunitária aos percursos afetivos, dos saberes coletivos às práticas de resistência — não apenas resistem às dinâmicas de apagamento promovidas por políticas de gentrificação, mas também oferecem pistas concretas para imaginar outros futuros urbanos, centrados na justiça espacial e na participação social. Como argumenta Meneses (2009, p. 51), o campo do patrimônio é lugar de disputa simbólica, e os inventários participativos tornam-se dispositivos políticos que operam tanto na valorização de memórias insurgentes quanto na proposição de formas outras de projeto e planejamento urbano.

Vale ressaltar que, conforme relatado na entrevista com a arquiteta Mariana Nito, o grupo articulador do inventário inicialmente não planejava a produção de fichas completas. O processo teve início com ações de mobilização, construção coletiva e identificação de referências culturais a partir da escuta ativa dos moradores. No entanto, à medida que o inventário foi ganhando corpo e se consolidando como ferramenta de luta política, tornou-se estratégica a elaboração de um dossiê completo, com fichas organizadas conforme a metodologia proposta pelo IPHAN. Essa decisão visou conferir legitimidade institucional ao material produzido, permitindo sua utilização em espaços de negociação com autoridades, parlamentares e agentes públicos, ampliando o alcance da mobilização territorial por meio do reconhecimento formal das referências culturais identificadas.

Como desdobramento desse processo, o dossiê foi entregue à Câmara Municipal de São Paulo, ao Ministério Público e a diversas secretarias municipais, sendo utilizado como instrumento de pressão política e embasamento para reivindicações por políticas públicas mais sensíveis ao território. O inventário passou, assim, a operar não apenas como instrumento técnico de registro, mas como peça-chave em estratégias de disputa simbólica e material por justiça urbana, ampliando seu papel para além da documentação e consolidando-se como ação política em defesa da cidade vivida. Apesar disso, até o momento, nenhuma medida concreta foi tomada em relação ao futuro do Minhocão. Por outro lado, o reconhecimento institucional conferido ao inventário possibilitou a captação de recursos e o fomento

de novas pesquisas em territórios semelhantes da região central de São Paulo, ampliando os efeitos da mobilização inicial e fortalecendo uma rede de iniciativas voltadas à valorização cultural e à justiça urbana.

3.2 Experiência Inventário Participativo Restauro Estação Ferroviária Campo Grande – Santo André/SP, 2020

O Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande foi desenvolvido em um território que abrange os núcleos urbanos de Rio Grande da Serra e da Vila de Paranapiacaba (imagem 07), localizados respectivamente nos municípios de Rio Grande da Serra e Santo André, no estado de São Paulo. Tendo como ponto central a antiga estação ferroviária de Campo Grande (imagem 09), o território é marcado por uma articulação histórica e simbólica, especialmente em torno da malha ferroviária da Estrada de Ferro Santos–Jundiaí, reconhecida como Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo. A área apresenta remanescentes de vilas operárias formadas por trabalhadores da ferrovia e guarda uma paisagem singular, que combina estruturas técnicas, vegetação nativa da Mata Atlântica e presença de mananciais. Trata-se de uma região de grande relevância ecológica e histórica, que integra circuitos de ecoturismo e educação ambiental, sendo atravessada por conflitos entre preservação e urbanização. A dinâmica de circulação entre os dois municípios reforça os vínculos entre moradores e o espaço, consolidando uma vivência intermunicipal compartilhada (DOMINGUES, 2020, p. 17, p. 21).



Figura 09: Mapa de localização de Santo André e Rio Grande da Serra, com destaque a área inventariada e localização das estações ferroviárias Campo Grande e Paranapiacaba. Fonte: Santos et al, 2022

A Figura 08 mostra a estação Campo Grande em janeiro de 2020, antes das obras de reforma.



Figura 08: Foto da Estação Campo Grande. Fonte: Dossiê do inventário (Domingues, 2020, p.16)

A motivação para a realização do inventário não partiu de uma demanda comunitária, mas sim da contratação da equipe por uma empresa privada responsável pelo restauro da Estação Ferroviária de Campo Grande, como parte do escopo do projeto financiado via Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). O inventário foi concebido como contrapartida sociocultural, e sua execução buscou garantir subsídios técnicos e comunitários para o projeto de restauro e posterior uso da estação (DOMINGUES, 2020, p. 5; SOIDA, 2024). Essa origem institucional trouxe o desafio de engajar uma população que não havia participado da concepção do projeto e de construir confiança no processo.

A equipe responsável pelo inventário foi composta por profissionais com experiência em processos participativos, incluindo arquitetos, urbanistas, historiadores, museólogos e educadores. A contratação do grupo teve como critério central a expertise em metodologias colaborativas e ações educativas no campo do patrimônio. A atuação da equipe visava escutar os saberes locais, mapear referências culturais e aproximar o processo de levantamento técnico da experiência vivida pelos moradores da região. Ainda que o processo tenha se estruturado sob condições contratuais rígidas e prazos curtos, buscou-se construir um espaço de escuta e articulação com os sujeitos diretamente ligados à estação e ao território do entorno (SOIDA, 2024).

O público participante do inventário foi selecionado a partir de critérios definidos pela equipe técnica após as primeiras caminhadas exploratórias e pesquisas históricas sobre a região, priorizando moradores antigos, ex-ferroviários, famílias com longa trajetória no território e pessoas envolvidas com a preservação da memória ferroviária. As atividades buscaram contemplar as diferentes gerações e incluir vozes diversas da região. A noção de “próximos”, conforme formulada por Paul Ricoeur (2007), é útil para compreender essa escolha metodológica: foram ouvidas pessoas cuja experiência afetiva, histórica e cotidiana com o território as tornava aptas a contribuir com a construção do conhecimento patrimonial. Esse recorte, contudo, também revela limites e desafios, como o risco de silenciar narrativas dissidentes ou de reforçar uma visão mais homogênea da história local. Essa delimitação, ainda que metodologicamente fundamentada, expõe a histórica negligência de outras camadas do patrimônio local, como a vivência operária e os modos de vida dos trabalhadores da ferrovia. Conforme abordado por Soida (2024), Domingues (2020), e Santos et al. (2022, p. 57), tradicionalmente se preserva e valoriza a Vila Inglesa, associada aos colonizadores e à elite técnica britânica, em detrimento das experiências dos trabalhadores que deram vida e continuidade ao funcionamento da ferrovia. O inventário, ao centrar suas escutas em grupos sociais mais vulneráveis e invisibilizados, tensiona essa lógica excludente e promove uma tentativa de reequilíbrio nas representações patrimoniais do território.

A equipe técnica teve papel ativo na construção das categorias e dos instrumentos do inventário, com envolvimento direto desde a concepção das estratégias metodológicas até a mediação das escutas locais. Devido ao contexto da pandemia de COVID-19, que inviabilizou atividades presenciais amplas e contínuas, o processo exigiu adaptações significativas. Foram utilizadas metodologias híbridas, como a realização de lives no YouTube e a criação de atividades educativas remotas, além de encontros presenciais pontuais respeitando os protocolos sanitários vigentes. Uma das dinâmicas desenvolvidas no contexto da pandemia foi a criação de cartões postais como ferramenta pedagógica, afetiva e metodológica.

A atividade consistiu em convidar os participantes a escreverem lembranças, sensações e memórias relacionadas à estação e ao território, promovendo o resgate de narrativas pessoais e coletivas vinculadas à paisagem local. A elaboração dos cartões envolveu uma curadoria temática prévia realizada pela equipe técnica, que selecionou elementos relevantes da memória ferroviária e da vivência cotidiana para estimular o engajamento dos participantes. De acordo com o dossiê (REPEP, 2020, p. 9), os cartões foram organizados em torno de sete temas principais: Usos sociais da natureza; Religiosidade; Festas e festivais; Estações ferroviárias e deslocamentos por transporte público; Vida na Vila de Campo Grande; Antigos bailes; Pandemia e seus afetos. Essa proposta foi concebida como alternativa acessível às limitações

impostas pelo distanciamento social e articulava dimensões sensoriais, identitárias e críticas da relação com o território. A estratégia visava também ampliar o alcance das escutas e favorecer a mobilização das comunidades envolvidas, valorizando a dimensão subjetiva e afetiva do patrimônio. Além da coleta de relatos escritos, os cartões funcionaram como instrumento de sensibilização e mediação cultural, integrando o conjunto de ferramentas desenvolvidas para garantir a efetividade do processo participativo (DOMINGUES, 2020, p. 28; SOIDA, 2024; SANTOS et al., 2022, p. 54–55; LIVE, 2021).

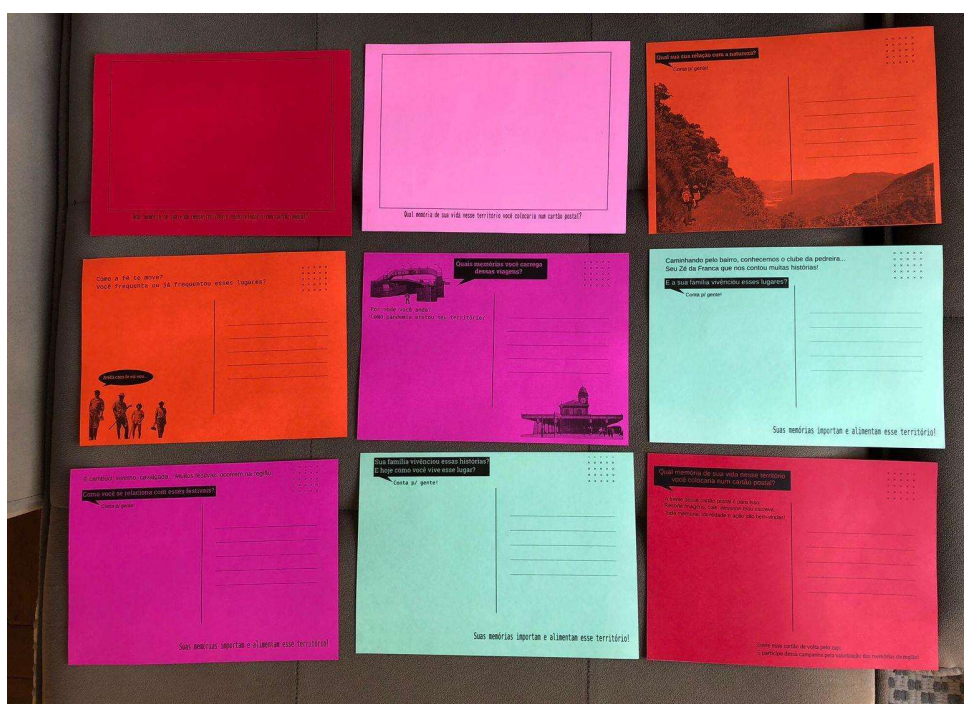


Figura 09: Amostras dos cartões postais criados para a atividade lúdica. Fonte: Acervo enviado pela autora Ana Soida

A dinâmica dos cartões postais pode ser interpretada como uma prática de educação patrimonial em sua dimensão formativa, tal como discutida por Miranda (2022, p. 29), ao estimular a expressão das memórias e afetos vinculados ao território por meio da escuta e da mediação sensível. Trata-se de uma ação que desloca o inventário de um mero procedimento técnico para uma prática que reconhece o outro como produtor de saber sobre o patrimônio. Como aponta Rampim (2016, p. 56), a mediação cultural implica o reconhecimento das narrativas locais e das memórias subterrâneas, o que exige disposição para o diálogo e para a construção compartilhada do valor cultural. O uso dos cartões, nesse contexto, promove o engajamento afetivo dos participantes e amplia a noção de patrimônio como experiência vivida.

Mesmo com limitações estruturais e de tempo, a equipe técnica promoveu oficinas, entrevistas, caminhadas pelo território e ações em escolas e equipamentos públicos. Essa diversidade de formatos possibilitou uma aproximação com diferentes grupos sociais e faixas etárias. A participação direta dos técnicos e arquitetos no desenvolvimento das ações permitiu a problematização crítica dos elementos da paisagem e dos valores atribuídos, estabelecendo relações entre memória, identidade e projeto. Além disso, a mediação da equipe técnica na elaboração das fichas catalográficas garantiu a inclusão de dimensões materiais, simbólicas, afetivas e históricas no registro dos bens culturais. Conforme Soida (2024), o processo metodológico foi constantemente ajustado às realidades locais e buscou promover um espaço de escuta horizontal e sensível aos sujeitos envolvidos.

Em função da pandemia do COVID 19, o inventário não foi apresentado em devolutivas públicas. De acordo com Ana Soida (2024), o edifício será utilizado como centro de logística da empresa proprietária e não será aberto ao público. Apesar das sugestões feitas pela equipe do inventário, o material produzido não foi incorporado às decisões do projeto de restauro, o que evidencia os limites da articulação entre a escuta comunitária e a efetivação das políticas de preservação em contextos privados (SOIDA, 2024).

O projeto do Centro Logístico Campo Grande, conhecido como Porto Seco (Figura 10), propõe adaptar o antigo pátio ferroviário da estação para um centro de distribuição de contêineres destinado ao porto de Santos (SANTOS et al., 2022, p.50). Mesmo sem licenciamento ambiental concedido até janeiro de 2023 (CUNHA, 2023), o anúncio do projeto já impulsionou a especulação imobiliária local, com demolições e compras de terrenos visando à valorização futura. Localizado em área de proteção ambiental, o empreendimento recebeu críticas de moradores, movimentos sociais e especialistas, que alertam para seus impactos sobre a Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba. Além dos conflitos ambientais, o projeto tensiona o sentido e a destinação do patrimônio ferroviário, ameaçando referências culturais operárias e populares que marcam a história do território. O risco de apagamento dessas memórias revela o distanciamento entre o desenvolvimento proposto e a vivência da comunidade local.



Figura 10: proposta de implantação do Centro Logístico Campo Grande. Fonte: <https://www.reporterdiario.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Proj-CLCG-foto-sem-tabela.gif>

Neste cenário, o inventário participativo assume o papel de instrumento de denúncia e de resistência. Ao identificar, registrar e valorizar as referências culturais do território, o processo promove uma contra-narrativa àquela sustentada por interesses econômicos. Como apontam Santos et al. (2022, p.53), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e é o reconhecimento das referências culturais que deve preceder qualquer intervenção projetual que deseje dialogar com o território. Nesse sentido, o inventário evidencia os limites das políticas patrimoniais que não se articulam de forma efetiva com os sujeitos locais e que negligenciam os modos de vida existentes em nome da modernização e da lógica de mercado.

A experiência de Campo Grande, embora não originada por pressão popular, revelou potencial formativo e contribuições importantes para o campo da educação patrimonial. A tensão entre o caráter técnico do projeto e os esforços de construção coletiva torna-se evidente e representa um dos principais aprendizados da iniciativa. Ainda que nem todas as possibilidades participativas tenham sido plenamente exploradas, o inventário produziu subsídios que podem ser retomados em planos e projetos futuros, a depender da vontade política e da articulação institucional.

O inventário participativo realizado no entorno da Estação Ferroviária de Campo Grande (SP) revelou uma complexa rede de significados culturais atribuídos pelos moradores aos elementos do bairro e à memória ferroviária. Mais do que um resgate do passado, os valores atribuídos nas fichas demonstram a vitalidade da memória coletiva no presente e sua relação com o cotidiano, afetos e resistências.

Segundo Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2007, p. 39), o patrimônio cultural deve ser entendido como um “campo, no sentido de espaço de forças sociais que nele

interagem e se confrontam”. Essa concepção rompe com visões essencialistas ou monumentalistas e permite compreender o patrimônio como fruto de processos sociais dinâmicos, atravessados por disputas simbólicas, conflitos de interesse e diferentes regimes de valor. O inventário, nesse sentido, opera como instrumento para evidenciar essas disputas e os sentidos que a comunidade deseja projetar sobre sua própria história.

As fichas de Campo Grande evidenciam sobretudo valores afetivos, históricos e identitários, associados à estação ferroviária, às vilas operárias, aos trilhos e às memórias de infância. A valorização da antiga estação não se restringe à sua arquitetura ou antiguidade, mas ao seu papel simbólico na constituição do bairro e na vida cotidiana dos moradores — como ponto de encontro, como lembrança de convivência e como referência espacial e emocional. Trata-se de um patrimônio enraizado no cotidiano, no que Laurajane Smith (2006) chama de “heritage as practice”, ou seja, um patrimônio que emerge da vivência e da agência dos sujeitos, e não de sua consagração oficial.

Essa valorização cotidiana também se expressa na presença, nas fichas, de bens como escolas, igrejas, praças e até comércios locais, que são reconhecidos pela comunidade como importantes marcos do território. Esses elementos revelam uma concepção expandida de patrimônio, não monumental, mas profundamente relacional e experiencial.

Nesse contexto, os valores afetivos se destacam. Os moradores atribuem sentido a bens culturais por meio da memória vivida — a infância na vila, o som dos trens, a vida ferroviária como elemento formador de identidade. Como destaca Meneses (2007, p. 40), os processos patrimoniais envolvem “a construção de identidades e a disputa por legitimidade de determinadas narrativas sobre o passado”. A seleção dos bens, ainda que informal, revela uma narrativa comunitária que busca legitimar modos de vida ameaçados, seja pelo abandono do patrimônio ferroviário, seja pela ameaça de gentrificação e apagamento cultural.

Ao mesmo tempo, há um forte componente de resistência simbólica. Diversas fichas e relatos expressam críticas à descaracterização do bairro e à perda de seus marcos tradicionais. Isso reforça a ideia de que a patrimonialização comunitária é também uma forma de reação às dinâmicas excludentes do planejamento urbano, como aponta Meneses ao afirmar que o campo patrimonial é “um espaço de tensões entre diferentes visões do mundo, interesses e projetos políticos” (MENESES, 2007, p. 41). A atribuição de valor torna-se, assim, um ato político e de afirmação identitária.

Françoise Choay (2001) também é útil nessa discussão, ao indicar que o valor do patrimônio se constitui pela relação entre o bem e a sociedade que o reconhece, e

não por uma qualidade intrínseca. Nesse sentido, a legitimação do patrimônio se dá na arena social — e os moradores de Campo Grande, ao elegerem seus bens, mobilizam um repertório de experiências, afetos e relações que sustentam o valor cultural desses elementos.

A memória que emerge dessas atribuições é múltipla e, muitas vezes, contraditória. A estação representa ao mesmo tempo a presença do Estado e o abandono posterior. As casas operárias são símbolo de orgulho e de precariedade. Essa ambivalência, como já destacam autores como Pierre Nora (1993), é própria dos lugares de memória, marcados por disputas, camadas e reinvenções simbólicas.

Por fim, cabe destacar que o inventário operou como um dispositivo de escuta ativa, ao permitir que os próprios sujeitos nomeassem seus valores. Esse processo, ao contrário dos métodos tradicionais de inventário técnico, legitima saberes outros e amplia o escopo de reconhecimento cultural. Como afirma Meneses (2007, p. 43), “patrimonializar é sempre selecionar, interpretar e projetar sentidos sobre o passado a partir do presente”.

Ao atribuírem valor a seus bens, os moradores de Campo Grande não apenas resgatam memórias, mas também afirmam sua existência como sujeitos históricos e cidadãos, capazes de disputar sentidos sobre o território. Isso revela a potência do inventário participativo não apenas como ferramenta técnica, mas como prática de cidadania cultural.

As categorias utilizadas no Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande foram fundamentais para orientar o processo de escuta, sistematização e análise das referências culturais reconhecidas no território. Elas não foram previamente impostas, mas construídas e adaptadas a partir da escuta atenta às especificidades do contexto local e da leitura do território realizada através de caminhadas exploratórias e pesquisas documentais. Sua escolha reflete tanto um diálogo crítico com os instrumentos institucionais já existentes quanto uma tentativa de construir um repertório mais sensível à realidade daquele território.

A equipe responsável optou por adaptar parcialmente as categorias do Manual de Aplicação de Inventários Participativos do IPHAN (2016), reconhecendo que nem todas as categorias propostas naquele instrumento faziam sentido para os modos de vida do território. Foram mantidas categorias como celebrações, formas de expressão, saberes e lugares; a categoria “lugares” foi emprestada do Manual do INRC voltado para o patrimônio ferroviário, enquanto a categoria “naturezas” foi criada especificamente para contemplar a relação dos moradores com os elementos ambientais que estruturam sua vivência cotidiana. A categoria “objetos” não foi utilizada. Essa proposta revela uma compreensão ampliada de patrimônio, que

ultrapassa o binômio material/imaterial e reconhece o valor cultural dos ecossistemas, trilhas, mirantes, cursos d'água e matas enquanto referências simbólicas e afetivas.

As seis categorias adotadas foram: celebrações, formas de expressão, saberes, edificações, lugares e naturezas. Cada uma permitiu organizar as referências culturais identificadas, valorizando dimensões diversas da vida cotidiana da comunidade. A adoção dessas categorias, construída coletivamente com os sujeitos do território, evidencia o caráter situado e relacional da metodologia, priorizando as formas de significação cultural mais relevantes para os moradores.

Essa organização categorial operou como ferramenta analítica, permitindo visibilizar diferentes formas de apropriação do território e de construção da memória coletiva. Ao abrir espaço para categorias não hegemônicas como “naturezas”, o inventário também apontou limites dos modelos institucionais vigentes e sinalizou caminhos para repensar as práticas de reconhecimento do patrimônio cultural em contextos periféricos e historicamente invisibilizados.

As referências reunidas na categoria celebrações revelam práticas festivas e comemorativas que operam como dispositivos de fortalecimento dos laços comunitários e de expressão da memória coletiva. Incluem festas religiosas, comemorações em praças e celebrações promovidas por associações locais, muitas vezes com caráter itinerante. Essas manifestações, integrantes de um calendário cultural, estruturam a sociabilidade e configuram-se como espaços de transmissão intergeracional de saberes e valores. Ao reconhecê-las como referências culturais, o inventário valoriza a vivência coletiva e a função das celebrações como práticas que constroem o sentido do lugar e contribuem para a formação de identidades sociais. Sua inclusão nos inventários amplia as possibilidades de reconhecimento do patrimônio imaterial e aponta para a necessidade de políticas públicas que garantam sua continuidade e valorização.

As formas de expressão inventariadas articulam dimensões simbólicas, afetivas e políticas da vida cotidiana. As lutas por direitos sociais, os causos e lendas locais, e as manifestações de religiosidade e fé vinculadas à natureza e ao espaço urbano compõem essa categoria. Essas expressões se manifestam em mobilizações comunitárias, narrativas orais e práticas espirituais, reafirmando vínculos com o lugar e com a coletividade. Ao incorporá-las como referências culturais, o inventário dialoga com a noção de patrimônio como prática social (Smith, 2006) e com a compreensão de que os sentidos atribuídos aos bens culturais são construídos na experiência e na mediação entre sujeitos e territórios (Ricoeur, 2007; Montaner, 2017; Meneses, 2009).

A categoria edificações reúne construções relevantes para a memória e o cotidiano dos moradores, como estações ferroviárias, galpões, residências operárias,

escolas, clubes, capelas e passarelas. Essas estruturas funcionam como suportes materiais de memórias e relações sociais. Estações e passarelas, por exemplo, são marcos urbanos que organizam a vida social, estruturam a mobilidade e conectam núcleos habitacionais. Do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, essa categoria permite compreender como o espaço edificado articula forma, função e significação cultural, refletindo projetos de cidade e modos de vida. As fichas revelam que os valores atribuídos às edificações derivam de sua capacidade de ativar lembranças e representar vínculos afetivos. A precariedade e o abandono dessas construções são apontados como fontes de sentimento de negligência, enquanto as recomendações pedem ações de restauro, reuso e reintegração social dos edifícios, visando ao fortalecimento do direito à cidade e à justiça urbana.

As categorias lugares e naturezas organizam referências relacionadas à vivência cotidiana, aos afetos e aos modos de vida construídos na interação com o espaço urbano e com os elementos ambientais. A categoria lugares, adaptada do Manual do INRC, reúne espaços de uso coletivo significativos como praças, pontos de ônibus, trilhas, mirantes e escadarias, reconhecidos por seu papel na constituição de vínculos e experiências urbanas. Já a categoria naturezas, criada especialmente para este inventário, contempla elementos naturais como trilhas, cursos d'água, mirantes e paisagens da Serra do Mar, que estruturam práticas de lazer, espiritualidade e deslocamento. O reconhecimento da natureza como referência cultural evidencia uma ruptura com a lógica que separa natureza e cultura, valorizando ecossistemas como espaços de memória e resistência. As recomendações dessas categorias incluem ações de infraestrutura, conservação ambiental e políticas públicas que garantam o direito ao território.

A categoria saberes abrange os conhecimentos cotidianos transmitidos entre gerações, enraizados nas relações de pertencimento e experiência territorial. Entre os saberes inventariados, destaca-se o ofício do restaurador, articulado à categoria edificações. Sua valorização revela a importância dos saberes técnicos locais na preservação da memória material e da paisagem construída. Outros saberes envolvem práticas como brincadeiras de rua, sociabilidade de bairro e convívio com a natureza. Tais conhecimentos estruturam modos de vida, formas de organização comunitária e resistências cotidianas. Ao reconhecê-los como patrimônio, o inventário valoriza os sujeitos como detentores de conhecimentos legítimos, fundamentais para a construção de identidades e para a manutenção das referências culturais.

A escolha e a aplicação das categorias no Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande evidenciam uma abordagem metodológica comprometida com a valorização das memórias e dos modos de vida locais, em consonância com uma concepção ampliada e crítica de patrimônio cultural. A organização das referências a partir de categorias construídas em diálogo com os

moradores permite visibilizar práticas e significados que escapam às classificações tradicionais, reafirmando o patrimônio como processo, conforme defendido por autores como Smith (2006) e Meneses (2009). As categorias funcionam não apenas como ferramenta de sistematização, mas como expressão de escolhas políticas e epistemológicas que desafiam os modelos autorizados de patrimonialização e incorporam saberes, afetos e experiências historicamente silenciadas.

Nesse sentido, o processo de escuta ativa e construção coletiva das categorias também se conecta aos princípios da educação participativa, abordados por autores como Paulo Freire (2014) e Miranda (2014), que enfatizam a importância do diálogo horizontal e da leitura crítica do território como fundamentos da produção de conhecimento emancipador. Ao considerar os moradores como sujeitos da pesquisa e do reconhecimento patrimonial, o inventário contribui para fortalecer a autonomia das comunidades na produção de suas próprias narrativas e na proposição de futuros possíveis para seus territórios. A prática de categorização, portanto, ultrapassa a dimensão técnica e assume um caráter formativo e político, reafirmando o potencial transformador dos inventários participativos enquanto instrumentos de cidadania e justiça espacial.

O conjunto de referências culturais inventariadas no processo realizado no território da Estação Ferroviária de Campo Grande revela a complexidade das relações estabelecidas entre o espaço físico da estação, as práticas sociais dos moradores e a memória coletiva das comunidades que ali vivem. Foram reconhecidos bens materiais e imateriais, práticas cotidianas, lugares simbólicos e elementos naturais vinculados à experiência local. As fichas de inventário e os registros metodológicos do processo indicam que o inventário não se limitou à documentação de edifícios ou objetos, mas ampliou o foco para incluir memórias, usos e sentidos atribuídos ao território pelos seus habitantes.

As fichas elaboradas no âmbito do Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande seguem uma estrutura que busca evidenciar os múltiplos sentidos atribuídos aos bens culturais pelos grupos sociais locais. Cada ficha apresenta campos como: nome da referência cultural; localização; categoria (material, imaterial, natural, prática sociocultural); descrição detalhada; justificativa da relevância; imagens e registros visuais; e trechos de falas dos participantes. Há ainda a identificação do grupo social a que se vincula a referência, a relação com o território e os valores atribuídos ao bem.

Essa organização metodológica evidencia o esforço da equipe em registrar não apenas a materialidade do bem, mas também as dimensões simbólicas e afetivas mobilizadas na sua identificação. A presença de transcrições diretas das falas dos participantes confere legitimidade ao processo participativo e valoriza o saber

experiential como fonte de conhecimento. Essa escuta atenta às narrativas locais dialoga com a concepção de “patrimônio como experiência vivida”, proposta por Laurajane Smith (2006), e com a perspectiva de Meneses (2009, p.25), que destaca o caráter relacional e político da atribuição de valor cultural.

Além disso, as justificativas presentes nas fichas não se baseiam em critérios técnicos tradicionais, mas buscam refletir os significados atribuídos pela comunidade a partir de suas vivências, memórias e relações com o espaço. Isso revela uma ruptura com os modelos patrimoniais normativos e uma tentativa de construir um instrumento mais sensível às especificidades do território e às vozes dos seus habitantes. O uso de imagens cedidas pela própria população através das atividades e conversas individuais ou captadas nos encontros também reforça o caráter coletivo e processual do inventário, dando visibilidade aos olhares e percepções de quem vive o cotidiano do lugar.

Embora seja possível reconhecer limitações – como a dificuldade de registrar todas as nuances dos discursos orais ou a necessidade de sistematização que pode filtrar algumas singularidades –, o conjunto das fichas demonstra um esforço concreto de escuta e valorização da multiplicidade de perspectivas sobre o patrimônio. Trata-se de um dispositivo que atua não apenas na documentação, mas também na ampliação do repertório interpretativo sobre o território, contribuindo para fortalecer a apropriação e a identidade cultural dos grupos envolvidos.

As fichas reúnem referências ligadas às trajetórias de trabalhadores ferroviários e de suas famílias, aos usos cotidianos do espaço urbano, aos lugares de encontro e às manifestações culturais locais. Entre os bens reconhecidos, destacam-se a estação ferroviária, as vilas operárias, trens, trilhos e estruturas técnicas da ferrovia, além de praças, pontos de ônibus, mirantes e trilhas utilizadas pela população. Também foram inventariadas práticas como a circulação entre as vilas, o ecoturismo, as festas comunitárias e a educação ambiental. Esses elementos não apenas compõem a paisagem material da região, mas também carregam significados afetivos, históricos e simbólicos, sendo acionados como marcadores identitários por diferentes grupos sociais.

Merece destaque o esforço do inventário em abordar referências que não costumam ser valorizadas pelas políticas de preservação tradicionais, como as experiências operárias, os modos de vida vinculados ao trabalho ferroviário e as práticas cotidianas da população local. A valorização desses elementos revela um entendimento ampliado do conceito de patrimônio cultural, aproximando-se da noção de “patrimônio como experiência vivida”, conforme discutido por Laurajane Smith (2006), e reconhecendo que os significados atribuídos aos bens não são fixos, mas

construídos nas relações sociais e nas disputas simbólicas em torno da memória e do território.

Essa ampla gama de referências demonstra que o inventário, mesmo com restrições temporais e estruturais, conseguiu captar parte significativa das relações culturais estabelecidas entre os sujeitos e o espaço. Como destaca Ulpiano Meneses (2009), a atribuição de valor cultural é um processo dinâmico e relacional, no qual os bens passam a ser reconhecidos a partir da experiência social e simbólica dos grupos. O inventário, ao escutar essas vozes e registrar suas narrativas, contribui para a valorização de modos de vida muitas vezes invisibilizados, e oferece subsídios importantes para a formulação de políticas públicas e de projetos de intervenção que dialoguem com a realidade local.

As fichas evidenciam, ainda, a coexistência de diferentes temporalidades e lógicas de apropriação do espaço. Em um mesmo território, convivem memórias de um passado industrial e ferroviário com práticas atuais de lazer, trabalho, deslocamento e resistência. Essa sobreposição de camadas históricas e sociais constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma riqueza para os processos de reconhecimento e de atribuição de valor. O inventário, ao registrar essa diversidade, promove uma visão mais complexa e plural do patrimônio, abrindo caminho para interpretações mais sensíveis e contextualizadas sobre o território.

Além disso, o inventário evidencia a importância de considerar as referências culturais como um conjunto relacional e integrado. As fichas de inventário não operam de forma isolada, mas estabelecem conexões entre práticas, lugares, saberes e memórias que se articulam no cotidiano dos moradores. Essa visão sistêmica do território reforça a noção de que os bens culturais não devem ser interpretados apenas em sua individualidade, mas em sua capacidade de compor uma malha simbólica, afetiva e social que estrutura a vida comunitária.

Nesse sentido, é fundamental destacar que o próprio documento do inventário já indicava sugestões concretas de uso para a Estação Ferroviária de Campo Grande. Na ficha referente à estação, há recomendações claras quanto ao seu potencial de uso como espaço cultural, centro de memória ou equipamento comunitário. Tais sugestões emergiram da escuta das comunidades e refletiam desejos legítimos de reaproveitamento do espaço em consonância com sua história e relevância local. No entanto, essas proposições não foram levadas em consideração no projeto final do restauro, demonstrado na Figura 11, e do futuro uso da estação, que optou por destinar o edifício ao funcionamento de um centro logístico privado.



Imagem 11: imagem aérea da Estação Campo Grande após restauração. Fonte: ArchDaily, 2021.

Essa desconexão entre o reconhecimento participativo e a decisão institucional evidencia os limites da atuação comunitária frente aos interesses de ordem econômica. O projeto executivo, ao desconsiderar os usos sugeridos pela população e priorizar a lógica do mercado, rompe com os princípios de corresponsabilidade que deveriam nortear a gestão do patrimônio. Trata-se de um exemplo emblemático do que Muñoz-Viñas (2004, p.33) discutiria como a prevalência de valores técnicos ou estéticos em detrimento dos valores sociais e simbólicos atribuídos pelas comunidades, revelando a disputa interpretativa sobre o que deve ser preservado e como.

Ainda assim, o inventário deixou como legado um registro robusto e legitimado das memórias, práticas e demandas do território. Seu valor reside justamente na sua capacidade de produzir documentação qualificada, com linguagem acessível e embasamento técnico, que pode subsidiar futuras intervenções, reivindicações e planos de ação voltados à preservação e à valorização dos modos de vida locais.

Diante do exposto, percebe-se que os bens e práticas reconhecidos no processo de inventário não se esgotam em sua função documental ou simbólica. Ao contrário, representam elementos concretos e significativos que podem — e devem — servir de subsídio para o planejamento urbano, a formulação de políticas públicas e a elaboração de projetos que respeitem e dialoguem com os modos de vida locais.

No caso específico do Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande, os resultados revelam um conjunto complexo de referências culturais que articulam passado e presente, memória e cotidiano, desejo e resistência. As recomendações contidas nas fichas apontam usos sociais, culturais e simbólicos para os bens reconhecidos — especialmente a estação ferroviária — que poderiam orientar intervenções futuras em consonância com as aspirações locais. Mesmo não sendo implementadas no projeto de restauro da estação, essas proposições seguem disponíveis como subsídio qualificado para políticas públicas, planos diretores e projetos urbanos sensíveis à realidade vivida.

O reconhecimento dessas referências culturais, portanto, não se limita à produção de conhecimento, mas aponta caminhos possíveis para a construção de cidades mais justas, plurais e sensíveis às identidades coletivas. Esses resultados, quando incorporados aos instrumentos de planejamento, têm o potencial de transformar o território em um espaço de pertencimento e de cidadania ativa. Essa transição será aprofundada no próximo capítulo, que discute como os inventários participativos podem subsidiar projetos urbanos comprometidos com a escuta, a inclusão e a justiça espacial.

4. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E O PENSAR A CIDADE – EDUCAÇÃO CIDADÃ E PROJETO

Se pensarmos que demandas relacionadas às referências patrimoniais das populações locais têm emergido nos espaços de participação, pode-se conjecturar que a democratização esteja na base dos processos de conscientização tão acalentados pelos preservacionistas. MEIRA, 2004, p.137

Este capítulo discute os desdobramentos dos inventários participativos enquanto instrumentos pedagógicos, políticos e urbanísticos. Parte da premissa de que o reconhecimento das referências culturais locais pode se transformar em subsídio para o planejamento urbano, para a formulação de políticas públicas e para a construção de uma cidade mais justa, plural e democrática. Como defendem autores como Marcelo Lopes de Souza, Josep Maria Montaner, Stuart Hall e Haroldo Gallo, a valorização do patrimônio vivido, quando mediada por processos de escuta e participação social, tem potencial para transformar tanto o imaginário urbano quanto as práticas de gestão. Nesse debate, Stuart Hall (2003) contribui com a compreensão do patrimônio como construção identitária, ligada às disputas por reconhecimento cultural, enquanto Montaner (2017) amplia a reflexão ao destacar o papel da arquitetura e do urbanismo na transformação do meio construído e na promoção de uma cidade mais inclusiva.

A valorização do patrimônio cultural, nesse contexto, não se restringe à preservação de objetos ou edifícios, mas envolve a escuta ativa dos sujeitos, suas memórias e os sentidos que atribuem aos lugares. Ao reconhecer essas dimensões imateriais, os inventários participativos ampliam a noção de patrimônio, transformando-a em uma prática política de construção de cidadania. Haroldo Gallo (2008) afirma que a preservação do patrimônio deve alimentar a história viva da cidade e de seus habitantes, orientando não apenas a memória, mas também o projeto de futuro. Essa compreensão propõe uma ruptura com modelos técnicos e normativos de patrimonialização, ao defender a centralidade dos sujeitos no processo de reconhecimento dos bens culturais.

Marcelo Lopes de Souza (2006), por sua vez, destaca que a prática do planejamento urbano democrático deve se ancorar em uma pedagogia urbana que promova a escuta e a participação consciente. Para o autor, os técnicos devem atuar como educadores libertários, capazes de traduzir e democratizar o conhecimento técnico em diálogo com os saberes locais. Essa atuação é crucial para evitar a reprodução de desigualdades no processo de planejamento e garantir que as

decisões sobre o futuro da cidade sejam tomadas de forma coletiva e equitativa. Essa perspectiva aproxima a dimensão técnica da dimensão política e formativa, articulando-se com Montaner (2017), que defende uma arquitetura comprometida com a transformação social, e com Gallo (2013), ao apontar que inovação e conservação só se tornam eficazes quando incorporam a participação cidadã. Assim, os inventários participativos também se colocam como mecanismos de ampliação da democracia e da justiça espacial.

As experiências de Campo Grande e do Minhocão, analisadas nos capítulos anteriores, mostraram que os inventários participativos são capazes de mobilizar saberes diversos, articular redes comunitárias e projetar alternativas de futuro a partir do que as pessoas efetivamente valorizam em seus territórios. Em Campo Grande, a valorização das vilas operárias e da estação ferroviária gerou propostas de reuso dos espaços patrimoniais a partir da memória viva da população. Já no Minhocão, o processo revelou os conflitos entre a requalificação urbana e o direito à permanência dos moradores, ampliando o debate sobre gentrificação, afeto e direito à cidade.

A ideia de projeto, portanto, é aqui tratada em um sentido amplo, que ultrapassa a concepção técnica e passa a incorporar aspectos simbólicos, afetivos, políticos e sociais. Josep Maria Montaner (2014) propõe pensar o projeto arquitetônico como uma ferramenta transformadora, com compromisso ético e político. Para ele, o arquiteto deve atuar de forma sensível às dinâmicas sociais, contribuindo com uma visão de cidade baseada em inclusão, sustentabilidade e reconhecimento das diferenças culturais. Os inventários participativos, ao revelarem essas referências culturais, se tornam fundamentais para orientar intervenções urbanas mais justas e contextualizadas.

A partir dessas premissas, o capítulo está estruturado em duas partes principais: a primeira trata da dimensão educativa dos inventários participativos e sua contribuição para a formação de uma cidadania ativa; a segunda discute o vínculo entre o reconhecimento cultural e as possibilidades de planejamento e projeto urbano, evidenciando como as referências locais podem se converter em diretrizes para intervenções mais sensíveis, inclusivas e contextualizadas.

A prática dos inventários participativos se mostra como um campo fértil para a formação de uma cidadania crítica, ativa e engajada. Tais experiências, ao valorizarem os saberes locais e promoverem espaços de escuta e participação, não apenas constroem conhecimento compartilhado, como também atuam pedagogicamente sobre os sujeitos envolvidos. É nesse sentido que autores como Marcelo Lopes de Souza (2006), Haroldo Gallo (2008) e Stuart Hall (2006) oferecem importantes contribuições para se pensar o papel educativo do reconhecimento patrimonial.

Haroldo Gallo afirma que “preservar não é apenas conservar o passado, mas projetar o futuro a partir daquilo que a sociedade decide manter vivo” (Gallo, 2008, p. 640). Essa perspectiva, ao articular memória e projeto, evidencia a potência dos inventários participativos como instrumentos transformadores, capazes de estimular o pertencimento, a responsabilidade cidadã e o engajamento político com os destinos do território. Para Gallo, preservar implica em mobilizar afetos, reconhecer usos cotidianos e fomentar processos democráticos de decisão sobre o espaço. O autor também destaca que “a transformação dos espaços e sua permanência são sempre o resultado de conflitos e acordos sociais” (Gallo, 2008, p. 638), reforçando a importância de processos coletivos e abertos na construção de políticas patrimoniais.

Marcelo Lopes de Souza, por sua vez, propõe a noção de “pedagogia urbana”, que se ancora em uma concepção freiriana de educação dialógica. Para o autor, “o especialista deve se enxergar como educador libertário, que assume uma postura dialógica, em que o educador também aprende com o educando e com ele dialoga” (Souza, 2006, p. 266). Ao colocar o técnico no lugar de mediador, Souza rompe com a lógica tecnocrática da gestão urbana e propõe uma atuação comprometida com a construção coletiva do conhecimento. Nesse modelo, os inventários não apenas registram o patrimônio, mas produzem saberes, formam sujeitos e alimentam uma cidadania ativa e crítica. Ele defende ainda que “todo conhecimento, especialmente no caso das ciências e da sociedade, é expressão de relações sociais e é historicamente situado” (Souza, 2006, p. 167), o que evidencia a importância de práticas como os inventários participativos na constituição de saberes situados e politicamente implicados.

A atuação educativa dos inventários também se dá por meio da valorização das identidades culturais e do fortalecimento das referências simbólicas. Stuart Hall (2006) argumenta que a identidade é construída em meio a processos históricos, sociais e culturais, estando sempre em transformação. Para ele, “a identidade cultural é um ponto de partida e não de chegada” (Hall, 2006, p. 11), sendo constantemente ressignificada pelas lutas sociais, pelos discursos hegemônicos e pelas práticas cotidianas. Quando os inventários reconhecem a multiplicidade de identidades presentes no território, eles contribuem para a construção de um imaginário urbano plural, que resiste à homogeneização cultural e valoriza a diversidade. Segundo Hall, “a identidade cultural pertence ao futuro tanto quanto ao passado” (Hall, 2006, p. 13), o que reforça seu papel estratégico na construção de cidades mais inclusivas e democráticas.

Nesse sentido, os inventários participativos operam como dispositivos de visibilização das memórias marginalizadas, muitas vezes silenciadas pelos processos tradicionais de patrimonialização. Ao promover a escuta e a valorização dessas vozes, tais iniciativas se constituem como práticas de educação patrimonial, contribuindo

para a construção de uma consciência histórica e territorial crítica. Isso se evidencia, por exemplo, nas falas dos participantes dos inventários do Minhocão e de Campo Grande, que reivindicaram seus laços afetivos e suas práticas cotidianas como dimensões legítimas do patrimônio. Em ambos os casos, as atividades de escuta e mediação foram fundamentais para que os moradores passassem a se reconhecer como agentes históricos e políticos, atuando ativamente na construção do sentido de patrimônio.

Um exemplo potente do impacto educativo da participação pode ser observado na fala do Sr. Eduíno Marques, conselheiro do Orçamento Participativo de Porto Alegre, citada por Meira (2004, p. 120):

Para mim, uma das partes mais importantes das memórias dos bairros é porque que uma população humilde, com baixa escolaridade, se interessou tanto por saber o histórico da área, da região e também da cidade... Acho que a questão que despertou a curiosidade da população de saber mais é oriunda da participação. Isso aí nem se discute, né. É a participação que desencadeia essa vontade de conhecer [...] porque na participação a pessoa mais humilde, mais pobre, da periferia [...] Quando ela começa a participar ela vê que ela tem um potencial de inteligência para contribuir com a cidade e até para conhecer mais.

Essa declaração ilustra como os processos participativos podem mobilizar o interesse das comunidades pela história e pelos destinos da cidade, estimulando a construção de uma consciência cidadã enraizada na experiência e no pertencimento territorial.

Os desdobramentos educativos desses processos vão além do momento da realização do inventário. Eles repercutem na forma como os sujeitos passam a perceber seu entorno, a se reconhecer como parte ativa da cidade e a disputar os sentidos atribuídos aos espaços. Ao fomentar o debate público sobre o valor dos lugares e a memória coletiva, os inventários produzem um campo fértil para o exercício da cidadania, ampliando a capacidade de intervenção política da sociedade civil nas decisões urbanas. Como aponta Souza, “a participação popular consistente é possível e, em vários sentidos, compensadora” (Souza, 2006, p. 186), especialmente quando vinculada a práticas educativas contínuas e territorializadas.

No caso de Campo Grande, a metodologia adotada incluiu oficinas com moradores e ações de formação voltadas à leitura do território e ao reconhecimento das referências culturais. Esses encontros geraram não apenas subsídios para o inventário, mas também uma ampliação da consciência histórica dos participantes, fortalecendo redes comunitárias e criando novas formas de apropriação do espaço. O reconhecimento da estação ferroviária como patrimônio vivo, por exemplo, não se deu

apenas pela sua materialidade, mas pelas histórias compartilhadas que ali emergiram. Como desdobramento, surgiram propostas de uso do espaço como centro cultural comunitário, reforçando os vínculos entre memória e projeto.

No Minhocão, o processo de inventário provocou debates sobre o futuro da cidade e sobre os conflitos entre as políticas de requalificação urbana e o direito à permanência. As ações educativas foram fundamentais para que os moradores pudessem compreender os impactos das propostas de intervenção e formular alternativas a partir de suas experiências. Nesse sentido, o inventário se configurou como um instrumento de resistência e de formação política. As oficinas realizadas estimularam discussões sobre justiça espacial, direito à cidade e a importância de escutar os afetos urbanos como elementos legítimos no planejamento urbano.

Portanto, é possível afirmar que os inventários participativos operam como ferramentas de educação cidadã ao promoverem a escuta, o diálogo, o reconhecimento das identidades e o fortalecimento da participação social. Eles ensinam a cidade, ensinam sobre o território e ensinam a intervir sobre ele. São, assim, experiências pedagógicas que articulam memória, política e projeto em uma perspectiva emancipatória e democrática. Quando apropriados pelas comunidades, esses instrumentos se tornam plataformas para o exercício pleno do direito à cidade e para a transformação ativa do espaço urbano.

Reconhecer que “quando a força da imagem reporta-se ao nível simbólico – ao significado que as comunidades conferem aos bens patrimoniais – torna-se muito difícil para os técnicos aferirem esses valores” (Meira, 2004, p. 103) é reconhecer também a urgência de transformar a atuação dos arquitetos e urbanistas em práticas que transcendam a lógica técnica e passem a valorizar escuta, diálogo e sensibilidade cultural. Ao longo desta dissertação, foi discutido como os inventários participativos produzem dados, relatos e imagens que explicitam a pluralidade de sentidos atribuídos aos lugares, valores muitas vezes desconsiderados nos planejamentos urbanos tradicionais. Portanto, este item se debruça sobre os desdobramentos possíveis desses processos no campo dos projetos, planos e na construção de uma visão de cidade, em especial a partir dos inventários estudados.

Como defendido por Josep Maria Montaner (2022), o arquiteto deve abandonar a pretensão autorreferente e assumir-se como um agente ético e político que atua em processos coletivos, nos quais “a arquitetura deve ajudar a definir uma nova cultura do habitar, solidária, sustentável e vinculada à identidade” (Montaner, 2022, p. 71). Essa postura está diretamente relacionada à maneira como os inventários participativos podem contribuir para uma cultura de projeto mais democrática, capaz de articular as formas de vida aos espaços que as sustentam. Ao incluir os valores simbólicos e afetivos nos planos e projetos, os inventários fornecem insumos que

podem orientar a gestão urbana com base em premissas como justiça espacial, pertencimento e sustentabilidade cultural.

Na experiência dos inventários participativos analisados – Minhocão e Estação de Campo Grande – ficou evidente o quanto o mapeamento de valores atribuídos pela comunidade revelou um tecido urbano denso de memórias, significados, práticas cotidianas e conflitos, frequentemente invisibilizados nos planos técnicos e normativos. O caso do Minhocão, por exemplo, desafiou a visão dominante que o classificava como “degradado” ou “infrutífero”, ao evidenciar seu papel como cenário de ricas práticas culturais, convivência urbana e mobilizações sociais, como aponta o dossiê elaborado pelo Grupo Baixo Centro (REPEP, 2019). Este inventário escancarou a potência política do espaço urbano vivido e apropriado, rebatendo diretamente os discursos que sustentam projetos de requalificação pautados na lógica da gentrificação.

Já no caso de Campo Grande, os depoimentos colhidos revelaram uma íntima relação entre a população local e a história ferroviária da cidade. A presença das vilas operárias, o valor atribuído aos trilhos, aos armazéns e à própria estação demonstram o quanto a memória coletiva está entrelaçada à paisagem ferroviária. Esses elementos, frequentemente ignorados nos projetos oficiais de intervenção urbana, foram destacados como essenciais para a compreensão do território e de seus significados. A atuação da equipe responsável pelo inventário permitiu visibilizar histórias de resistência, pertencimento e organização comunitária, revelando que o patrimônio ferroviário é, antes de tudo, um patrimônio social.

Dessa forma, ambos os inventários reforçam que os dados produzidos nesses processos não se limitam à catalogação de bens, mas constituem um campo fértil para a construção de políticas urbanas sensíveis às camadas simbólicas e afetivas dos territórios. Ao incorporar essas referências no debate sobre planejamento, amplia-se a possibilidade de projetos mais justos, conectados às experiências dos moradores e comprometidos com a permanência das memórias no espaço urbano.

Essas experiências demonstram que os inventários participativos podem e devem ser desdobrados em planos e projetos urbanos que reconheçam a complexidade do vivido e incluam os saberes populares como fundamento do planejamento. No entanto, como indicam Velloso (2022) e Meira (2004), isso só é possível quando o Estado reconhece as escalas do vivido e se dispõe a construir políticas públicas de modo dialógico, incorporando os aportes da sociedade civil não como exceção, mas como regra. Para Velloso, “a sociedade experimenta escalas como fluxos” (Velloso, 2022, p. 459), o que exige dos planejadores a capacidade de traduzir essas experiências em diretrizes concretas.

Nesse sentido, o arquiteto e urbanista assume um papel fundamental como tradutor entre os valores do território e as ferramentas do planejamento. Mas essa tradução não é neutra nem automática – ela exige compromisso ético, disposição para o conflito e abertura à escuta. Como aponta Gallo (2008), “de nada adianta conservar aquilo sobre o que não se tem memória” (p. 637). Ou seja, conservar apenas o objeto material sem reconhecer os significados que lhe conferem sentido, é esvaziar a política de patrimônio de sua função social.

A experiência da Casa Kraft, abordada anteriormente, exemplifica as tensões entre o olhar técnico-normativo e os valores atribuídos pela comunidade. Apesar de não estar incluída nos instrumentos oficiais de proteção, a casa foi reconhecida como importante por seus moradores – o que demonstra a urgência de rever os critérios de seleção dos bens e de atualizar constantemente os instrumentos de gestão cultural, com base em processos participativos e contínuos.

Essas reflexões nos levam a defender que os inventários participativos não são apenas instrumentos de mapeamento, mas podem se constituir como ferramentas políticas capazes de subsidiar projetos urbanos mais sensíveis e justos. Quando utilizados como base para planos diretores, zonas de interesse cultural, políticas de incentivo à preservação e ações de educação patrimonial, os inventários promovem uma verdadeira reconfiguração da visão de cidade. Essa visão passa a incluir a pluralidade de vozes e narrativas urbanas, oferecendo alternativas à homogeneização promovida por projetos excludentes e descolados da realidade local.

A visão de cidade que emerge dos inventários é, portanto, relacional e plural. Ela reconhece que os lugares são construídos por memórias, afetos, disputas e projetos de futuro, e que a atuação do arquiteto deve ser sensível a essas múltiplas camadas. Como enfatiza Montaner (2022), “a arquitetura ética deve incorporar a ecologia, o feminismo, a inclusão, a participação e a justiça social” (p. 69), o que implica também uma redefinição das práticas disciplinares. Projetar, nesse contexto, significa acolher as vozes, integrar saberes e construir espacialidades que sustentem o bem viver coletivo.

Importa, assim, reconhecer a necessidade de incorporar os subsídios dos inventários em diferentes escalas de projeto – desde planos diretores até intervenções pontuais em equipamentos culturais ou espaços públicos. A valorização do patrimônio, nesse caso, não deve se restringir à conservação física dos bens, mas expandir-se para práticas de gestão, uso e apropriação cotidiana que fortaleçam os vínculos comunitários. Planos de preservação e conservação devem ser construídos em diálogo com as comunidades, considerando os usos possíveis, os afetos envolvidos e os sentidos atribuídos aos lugares.

É nesse cenário que a figura do arquiteto como mediador se fortalece. Cabe a ele operar uma escuta qualificada, traduzir demandas em linguagem técnica acessível e propor soluções que respeitem a diversidade de experiências e memórias. Isso exige um olhar sensível de projeto, atento às múltiplas formas de habitar, celebrar, narrar e reivindicar o território. Como aponta Souza (2006, p. 266), "o especialista deve se enxergar como educador libertário, que assume uma postura dialógica, em que o educador também aprende com o educando e com ele dialoga". A mediação, portanto, não é apenas metodológica, mas ética e política.

Além disso, os inventários participativos abrem caminho para a proposição de políticas de gestão integradas, intersetoriais e territorializadas. Ao identificar as dinâmicas locais e os valores comunitários, eles fornecem subsídios não apenas para o planejamento físico do espaço, mas para políticas de cultura, educação, mobilidade, segurança e assistência social. O planejamento urbano deixa de ser um campo isolado e passa a atuar de forma transversal, articulando saberes, práticas e instituições em torno de uma visão comum de cidade.

É importante destacar que esses processos exigem continuidade e aprofundamento. A elaboração de um inventário não deve ser entendida como ponto final, mas como início de uma trajetória coletiva de reconhecimento, valorização e ação compartilhada. Para que essa trajetória se sustente, é essencial que os planos de gestão contemplem instrumentos de monitoramento e avaliação periódica, estratégias de formação continuada para técnicos e lideranças comunitárias, e mecanismos de estímulo à apropriação comunitária permanente.

Além disso, é fundamental que esses planos incorporem a dimensão afetiva e simbólica dos territórios, estabelecendo vínculos entre o reconhecimento patrimonial e as dinâmicas sociais e culturais em curso. Isso significa considerar, por exemplo, como os espaços inventariados podem ser mobilizados para fins educativos, culturais, associativos ou de resistência. A permanência da memória no espaço urbano depende não apenas da proteção física dos bens, mas da ativação de seus sentidos por meio de usos socialmente relevantes.

Cabe lembrar que, como indicam Souza (2006) e Montaner (2022), a participação não pode ser episódica nem instrumentalizada; ela deve estruturar as práticas de planejamento e conservação. Isso implica também em reconhecer a potência educativa dos inventários enquanto práticas formativas de cidadania. Quando integrados a políticas públicas intersetoriais, como cultura, educação e urbanismo, esses instrumentos se tornam plataformas para a construção de uma cidade sensível, inclusiva e democrática.

A construção de uma cidade que acolha seus múltiplos sujeitos, territórios e tempos históricos depende, portanto, da capacidade de transformar o reconhecimento em ação – e a memória em projeto, como bem resume Gallo (2008, p. 640): "preservar não é apenas conservar o passado, mas projetar o futuro a partir daquilo que a sociedade decide manter vivo".

Em síntese, o que se propõe aqui é uma mudança de paradigma no planejamento urbano: do planejamento para o planejamento com. Com as comunidades, com os territórios, com as memórias. Os inventários participativos, enquanto práticas de escuta, reconhecimento e visibilização dos valores locais, são ferramentas potentes para essa virada democrática e transformadora no modo de projetar e planejar a cidade.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo contribuir para a afirmação da dimensão participativa nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural e de construção de memória, considerando sua importância para o projeto, a partir da investigação de experiências de inventários participativos. As análises realizadas ao longo do trabalho evidenciam que os processos de reconhecimento e atribuição de valores são marcadamente atravessados pela subjetividade, pela memória coletiva e pela mediação entre saberes técnicos e populares. A pesquisa mostrou que, quando protagonizados pelas comunidades envolvidas, os inventários participativos oferecem resultados qualitativamente distintos, tanto na formulação dos critérios de valoração quanto na construção de uma relação afetiva e política com os territórios.

Os dois casos analisados – o Inventário Participativo do Minhocão, em São Paulo, e o Inventário Participativo da Estação Ferroviária de Campo Grande, também em São Paulo – permitiram observar de forma concreta como os meios, métodos e categorias de reconhecimento são construídos coletivamente. Em ambos, o protagonismo comunitário e a escuta ativa se revelaram fundamentais para o êxito do processo, ainda que os contextos e estratégias tenham se diferenciado. No caso da Estação Campo Grande, a pandemia de COVID-19 impôs limites importantes à dimensão presencial do processo, exigindo o uso intensivo de ferramentas digitais. Apesar das dificuldades, foi possível estabelecer vínculos com a comunidade e elaborar um inventário sensível às histórias e referências locais. Já o processo no Minhocão destacou-se por seu forte engajamento político e pela mobilização comunitária contínua, envolvendo manifestações, oficinas de mapeamento afetivo e construção coletiva das categorias. A decisão de construir um dossiê completo com fichas de inventário no caso do Minhocão – algo não previsto inicialmente – revelou-se estratégica, tanto como forma de organização do conhecimento produzido quanto como instrumento institucional com peso político para interlocução com os gestores públicos.

Ambas as experiências revelaram que as referências culturais reconhecidas nos inventários são profundamente enraizadas na vida cotidiana e evocam pertencimento, afetos e sentidos compartilhados. O que é inventariado não são apenas bens isolados, mas formas de vida, práticas sociais e histórias de resistência que compõem o tecido simbólico dos territórios. Essa compreensão reforça a ideia de que os inventários participativos não são instrumentos neutros de catalogação, mas práticas políticas e educativas que geram processos de apropriação, empoderamento e fortalecimento identitário.

Contudo, a pesquisa também evidenciou uma lacuna persistente entre o reconhecimento das referências culturais e sua integração efetiva nas políticas públicas e projetos urbanos. Em ambos os casos analisados, os resultados dos inventários não foram plenamente considerados pelos gestores responsáveis, o que aponta para a necessidade de transformar a cultura institucional das instâncias de planejamento. A falta de acolhimento dos subsídios produzidos pelas comunidades revela o desafio de romper com lógicas tecnocráticas e hierárquicas, ainda hegemônicas no campo do urbanismo e da preservação. Ainda assim, é importante registrar que o inventário do Minhocão influenciou diretamente a captação de recursos para a realização de inventários em outras áreas do centro de São Paulo, demonstrando sua potência como modelo e referência metodológica.

No Capítulo 4, discutimos como os inventários participativos podem ser entendidos como instrumentos de educação cidadã e de projeto. Os inventários analisados demonstram a potência dos processos de escuta e participação para a construção de uma visão de cidade mais democrática, inclusiva e sensível à diversidade cultural. A articulação entre memória, identidade e projeto, defendida por autores como Montaner, Gallo, Velloso, Souza e Hall, mostra-se fundamental para a formulação de políticas e ações que não apenas preservem o passado, mas projetem futuros desejáveis e compartilhados.

A valorização do patrimônio cultural como prática viva, relacional e situada amplia o campo do planejamento urbano. Os inventários participativos, ao revelarem os sentidos atribuídos aos lugares, oferecem subsídios concretos para planos diretores, políticas de habitação, projetos de requalificação urbana e ações de conservação. Nesse sentido, sua importância transcende o campo da cultura e se inscreve no horizonte mais amplo da justiça espacial e do direito à cidade. Ao reconhecer o vivido como ponto de partida para a ação pública, como propõe Velloso (2018), os inventários participativos contribuem para a construção de um planejamento mais enraizado, sensível e coerente com as especificidades dos territórios.

O papel do arquiteto e urbanista, nesse contexto, ganha centralidade. Não mais como mero executor de projetos, mas como mediador entre saberes, interesses e linguagens. A atuação profissional comprometida com a escuta, com a pedagogia urbana e com a mediação ética dos conflitos territoriais é imprescindível para que os inventários participativos se tornem efetivamente ferramentas de transformação. O arquiteto pode – e deve – atuar desde a formulação dos processos de reconhecimento até a tradução dos resultados em diretrizes para planos e projetos. Seu compromisso deve ser com uma prática democrática, participativa e sensível aos modos de vida que dão sentido aos territórios. Como discutido no capítulo 4, é necessário defender

uma visão política democrática da cidade e, por consequência, uma visão de projeto igualmente democrática e sensível à diversidade de referências.

Por fim, reafirma-se que os inventários participativos representam uma das estratégias mais potentes para a construção de cidades mais justas, onde a diversidade cultural é reconhecida como valor e fundamento para a ação pública. Ao dar voz às comunidades e valorizar seus saberes e memórias, esses inventários ampliam os horizontes do planejamento urbano, oferecendo não apenas um diagnóstico do presente, mas também pistas para futuros possíveis. São, portanto, práticas que articulam o passado, o presente e o porvir, tecendo com as comunidades uma outra forma de imaginar, habitar e transformar a cidade. A experiência estudada nesta pesquisa revela que, embora os resultados não tenham sido plenamente incorporados pelas instâncias de gestão, deixaram um legado simbólico e metodológico importante, apontando caminhos para a construção de um urbanismo mais justo, participativo e enraizado nas realidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. M.; BASTOS, M. de S. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. Revista CPC, [S. l.], n. 2, p. 96-118, 2006. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i2p96-118. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15591>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Após polêmica, Justiça suspende demolição de casarão que hospedou o ex-presidente João Goulart em Pelotas. **Gaúcha ZH**, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/09/apos-polemica-justica-suspende-demolicao-de-casarao-que-hospedou-o-ex-presidente-joao-goulart-em-pelotas-ckexfgme0000r01616jfiirfk.html>

BRASIL RESTAURO. *Inventário Participativo Estação Ferroviária de Campo Grande*. YouTube, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YHVwjvSos2I>. Acesso em: 5 jun. 2022.

CUNHA, Joyce. **Cetesb indefere pela segunda vez Centro Logístico de Paranapiacaba**. *Diário do Grande ABC*, Santo André, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/3935328/cetesb-indefere-pela-segunda-vez-centro-logistico-de-paranapiacaba>. Acesso em: 10 mai. 2024

DOMINGUES, Fabiula. **Inventário Participativo Restauro Estação Ferroviária Campo Grande**. Pronac 182775 – Restauro e conservação da estação ferroviária de Campo Grande. São Paulo, 2020.

DUARTE, Fabio. **Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, redes informacionais**. 1ª Edição. Editora. Perspectiva São Paulo, 2002

DUARTE, Cristiane Rose de S. **A Empatia Espacial e sua implicação nas ambiências urbanas**. Revista PROJETAR - Projeto e Percepção do Ambiente, v. 1, n. 1, p. 68-74, 2016.

Entrevista Chamada Geral - Gaúcha Zona Sul - 10/09/2020 - Letícia Aguilera – arquiteta. **Rádio Gaúcha**, 2020. Disponível em: <https://soundcloud.com/radiogaucha/entrevista-chamada-geral-gaucha-zona-sul-10092020-leticia-aguilera-arquiteta>.

FERNANDES, G. de A., DEMARCHI, J. L., & SCIFONI, S. (2019). **Apresentação: Dossiê Educação Patrimonial**. Revista CPC, 14 (27esp), 7-13. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp7-13>

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio e cidadania: os novos paradigmas da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 28, p. 96-103, 2000.

FONSECA, Maria Cecília L. “**Para Além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**”. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. São Paulo: Ed DP&A, 2003. p. 56-76

GALLO, Haroldo. **Conservação e inovação: referências centrais para as políticas públicas do patrimônio**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 4., 2008, Campinas. Anais [...]. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2008. p. 634-640.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (2ª Edição). Tradução de Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo/SP, 1990;

IBGE. **Cidades e Estados: Pelotas/RS**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html> acesso em 11/11/2020.

Contraponto Debate: **Patrimônio arquitetônico de Pelotas**. Rádio Com, Pelotas. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RZdDs4mSHKs>

IPHAN. **História e tradição: Patrimônio Cultural de Pelotas (RS) é reconhecido pelo IPHAN**. 2018. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4640/historia-e-tradicao-patrimonio-cultural-de-pelotas-e-reconhecido-pelo-iphan>> Acesso em 02/11/2018.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN. **Pelotas (RS)**. 2018. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>> Acesso em 02/11/2018.

JORNAL DO BRASIL. **Prefeitura abre consulta pública sobre o Parque Minhocão**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/2019/05/999911-prefeitura-abre-consulta-publica-sobre-minhocao.html>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

MENESES, Ulpiano T. B. **O Campo do Patrimônio Cultural: Uma revisão de premissas** in: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF: Iphan, 2012.

MIRANDA, Eliana Araujo da Silva Soares. **A participação social na preservação do patrimônio edificado brasileiro: trajetórias de política e ação**. in: Anais do Congresso Ibero-Americano Patrimônio, suas matérias e imatérias. Lisboa. Portugal. 2016.

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoria contemporânea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

NITO, Mariana K.; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do inventário participativo de referências culturais do Minhocão**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação. Nº5, set/2017. P.38-49.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Matheus. **Restauro da Estação Ferroviária de Campo Grande na Vila de Paranapiacaba** / Contemporânea Paulista. *ArchDaily Brasil*, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/953934/restauro-da-estacao-ferroviaria-de-campo-grande-na-vila-de-paranapiacaba-contemporanea-paulista>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Projeto para o Parque Minhocão**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/noticias/271772>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). **Consulta pública do PIU Parque Minhocão**. São Paulo, 17 maio 2019. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/parque-minhocao/consulta-publica-piu-parque-minhocao/>. Acesso em: 4 set. 2025.

RAMPIM, Sonia. **Inventários Participativos nas fortificações em Pernambuco: Educação Patrimonial em contexto de bens culturais valorados e patrimonializados no “Discurso Autorizado Do Patrimônio”**. Revista Sillogés –v.5. n.1. jan./jul. 2022 p.446-462

REVISTA CASA E JARDIM. **Prefeitura de São Paulo aprova o projeto Parque Minhocão.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Arquitetura/noticia/2019/02/prefeitura-de-sao-paulo-aprova-o-projeto-parque-minhocao.html>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem** / Alois Riegl; tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. - I. ed - São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, Alberto Luiz dos; NITO, Mariana Kimie da Silva; DEMARCHI, João Lorandi; SOIDA, Ana Paula Itocazo. **Trilhando referências culturais de um patrimônio industrial: repensar a educação patrimonial e a valorização do território na Estação Campo Grande.** Aurora 463. Revista da Semana do Patrimônio Cultural de Recife. Fundarpe, Recife, v.1, n.7, 2022 p.46-61

SANTOS, Renan C. S.; BORBA, Débora. **Demolição da Casa Kraft gera polêmica.** Diário Popular, Pelotas, 10 set. 2020. Caderno Especial, p. 3.

SANTOS, Renan C. S. BORBA, Débora. **Liminar barra a demolição da Casa Kraft.** Diário Popular, Pelotas, 11 set. 2020. Caderno Cidades, p.8.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. **Aprova o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.** São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 16.833, de 7 de fevereiro de 2018. **Cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart.** São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2018.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo.** in: Rev. CPC, São Paulo, n.27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019 p.14-31

SILVA, Maria Beatriz Resende da. Os inventários participativos na perspectiva da gestão compartilhada: um estudo de caso no município de Campina Grande-PB. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende da (orgs.). *Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2020. p. 197-210.

SILVA, Emanuely Mylena Velozo. **A importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural.** Revista Discente Ofícios de Clio, Pelotas, vol. 5, nº8, p.204-213

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** - Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage.** London: Routledge, 2006.

VELLOSO, Rita. **A cidade contra o Estado: ensaio sobre a construção política de escalas e institucionalidades.** In: VELLOSO, Rita (org.). *Urbano-Constelação.* Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022. p. 452-473.